

025ª SESSÃO ORDINÁRIA – 06ABR2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sefora Gomes Mota, solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 06 de abril de 2015.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região, que tratará do assunto relativo ao Dia Mundial da Saúde. Convido para compor a Mesa a Sra. Ana Lize Bernardi, Conselheira do Conselho Regional de Nutrição; o Professor Lauro Ubirajara Barboza de Aguiar, 1º Secretário do Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região.

A Sra. Carmen Rosane Masson, Presidente da entidade, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. CARMEN ROSANE MASSON: Primeiramente, boa tarde, quero cumprimentar a todos e a todas, cumprimentando o Presidente da Mesa, cumprimento todas as outras autoridades presentes. Eu, apesar de ser Presidente do Conselho de Educação Física, estou aqui na qualidade de Vice-Presidente do Fórum dos Conselhos de Saúde, representando o Fórum dos Conselhos de Saúde para falar sobre o Dia Mundial da Saúde. Agradeço por esse espaço que me foi concedido, porque é um momento muito importante para podermos conversar com vocês.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint).

A SRA. CARMEN ROSANE MASSON: O Fórum das Profissões de Saúde é formado por essas treze profissões aqui citadas: assistentes sociais, biólogas, profissionais em educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos,

médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais – essa é a representação que eu faço, no momento, quando venho falar sobre saúde.

Quando falamos sobre saúde, diferente dos conceitos anteriores quando se falava que ter saúde era não ter doença, hoje, o conceito de saúde é uma coisa bem mais ampla, envolvendo toda a questão de fatores sociais, culturais, políticos, psicológicos, sociais, econômicos, ambientais e comportamentais. Isso faz com que, às vezes, a gente até pense que a pessoa, para ter saúde, tenha tudo isso. Na verdade, fica mais difícil ser completamente saudável, porque tem que estar em harmonia com todas as coisas.

O moderno conceito de saúde vai muito mais além da ausência de doenças e engloba bem-estar físico, social, intelectual, emocional, espiritual e profissional. Além desses fatores, a saúde familiar e as políticas de saúde são outros segmentos que muito influem na qualidade total de vida. Por isso, é importante estarmos aqui conversando, hoje, porque é dos senhores a responsabilidade das políticas de saúde deste Município. Quando falamos em saúde, falamos em qualidade de vida. Esse é um termo que a gente vem empregando, considerando as condições de vida, o bem-estar físico, psicológico, etc., e qualidade de vida significa ter todas essas condições. Na verdade, a qualidade de vida envolve também elementos relacionados com família, emprego, amigos, ter todas as condições para ter uma vida psicologicamente constante e firme. Se eu estiver saudável, fisicamente, mas estiver desempregado, com problemas financeiros, com certeza, não estou saudável, porque eu terei problemas psicológicos, estresse e tudo mais.

O Dia Mundial da Saúde, sobre o qual eu venho falar hoje, é amanhã, dia 7 de abril. Hoje, eu estou aqui até por sorte, porque este é o Dia Mundial da Atividade Física – como Presidente do Conselho de Educação Física, eu não posso deixar de citar isso. Segundo a Carta de Ottawa, que foi um documento primordial para poder unificar a saúde, a promoção da saúde consiste em proporcionar às pessoas os meios necessários para melhorar a sua saúde e exercer um maior controle sobre si mesmas. A promoção da saúde também é conseguida com maior grau com a soma de ações da população, serviços de saúde das autoridades sanitárias e de outros setores sociais e produtivos, voltados para o desenvolvimento de melhores condições de saúde individual e coletiva, e essas condições de saúde têm tudo a ver com políticas de saúde.

A promoção de saúde, na verdade, é o processo de capacitação para que cada pessoa participe do controle desse próprio processo. E o objetivo é reproduzir a diferença de

estado de saúde da população no acesso a recursos para proporcionar uma vida mais saudável. Isso são dados da Conferência Internacional da Organização Mundial da Saúde.

Como nós estamos em um ambiente político, eu não venho falar de curar doenças, venho falar de coisa mais básica: prevenir doenças e promover saúde. Na verdade, pensar a saúde é uma perspectiva preventiva e não mais curativa. Nós temos que pensar políticas que nos conduzam a ter uma população mais saudável e com isso menos gastos em saúde. A vida moderna, o sedentarismo, o fato de as pessoas não fazerem atividade física, de elas ficarem sentadas, do estresse, tudo vai gerando mais doenças no mundo moderno. Podemos atuar de maneira educativa por meio de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, com todas as profissões atuando juntas, ações públicas e políticas de saúde na sua promoção, programas de acompanhamento e informação à população, melhorar o conceito de saúde mais no combate da doença em uma ação maior no prevenir a remediar.

Para vocês terem uma ideia, dados do IBGE mostram que 80% das pessoas vivem nas grandes cidades e estima-se que 70% delas são sedentárias. Em relação a fatores de risco para doenças cardiovasculares, diferente do que as pessoas pensam, o alcoolismo é 7,7%, a obesidade é 18%, a hipertensão é 29%, o tabagismo é 37,9% e o sedentarismo é 69,3%, é o que mais causa os problemas, principalmente do coração e despesas médicas nas cidades. O sedentário, basicamente, é a pessoa que não faz atividade física, e hoje se sabe que fazer atividade física é uma maneira de se proteger contra várias doenças. Tem gente que diz: “Pelo menos, eu saio para passear com o cachorrinho”. As causas maiores do sedentarismo, hoje em dia, são a vida moderna, insegurança, aumento do uso de automóvel, aparelho de eletrodoméstico, escada rolante, etc. Todos os costumes, como elevador, quanto mais modernas as coisas, menos dispêndio de energia nós temos e mais sedentários nós ficamos.

Um dos grandes problemas que enfrentamos hoje em dia é o sedentarismo na infância, e com isso, a obesidade infantil, o diabetes infantil. E o Conselho de Nutrição, que hoje está presente conosco, tem uma luta parceira no combate, principalmente, a essa obesidade infantil. Nós temos que trabalhar com nossas crianças com educação para a alimentação. Basicamente, o *fast food* – que é o que eles mais gostam –, os salgadinhos, os biscoitos são um grande mal atual, e nós temos que melhorar isso.

O sedentarismo é uma das grandes causas da incidência das doenças cardiovasculares de que falei, como doenças crônicas não transmissíveis, diabetes, hipertensão, obesidade, aumento do colesterol, aumento do triglicéridios, infarto do miocárdio, câncer. Hoje se sabe que quem faz atividade física se previne também contra o câncer e até mesmo contra o HIV. Nós temos o caso do Michael Jordan, que é um portador do HIV, mas ele não tem a doença, não se sabe bem o porquê, mas as pessoas bem treinadas passam a ter uma proteção contra várias doenças.

Dados da Organização Mundial de Saúde – isso é importante sabermos – mostram que o fato de as pessoas serem sedentárias nativas causa 2 bilhões de mortes anualmente; 10% a 16% desses casos são de câncer, diabetes e câncer de colo, e, aproximadamente, 22% das doenças isquêmicas no coração. Estima-se, globalmente, que a prevalência de inatividade física entre adultos no mundo todo é de 17%, e estimativas mostram que a atividade física aumentada, na média global, melhora muito os gastos potenciais em saúde. Esse é um dado muito importante.

Para vocês terem uma ideia – olhem esse gráfico, por favor –, todos nós com avançar da idade temos cem por cento de chance de ter um problema cardíaco, mas se formos do tipo que faz atividade física três vezes por semana, aqueles trinta minutinhos de caminhada, nós já baixamos essas chances para 66% de ter um problema cardíaco, mesmo envelhecendo. Se formos o tipo que faz atividade física de forma sistemática, cinco vezes por semana, isso baixa para 46%. E, se formos o tipo que faz atividade física a vida inteira, diariamente, a chance de termos, com o avançar da idade, um problema cardíaco baixa para 24%. Então, isso significa que as chances de sermos saudáveis são bem maiores.

Então, encerrando, vou dar um recado: não se arrisquem, por favor, protejam-se, protejam o corpo de vocês, façam atividade física, façam prevenção, vão ao médico, façam dieta, alimentem-se bem. Vamos abrir os olhos para promovermos a nossa própria saúde. É isso que tenho a dizer para vocês. Afinal, como vocês querem as suas velhices? Querem, assim, sentadinhos, cheios de sacolas? Ou, quem sabe, assim, bem lépida e faceira? Vocês é que sabem, é uma escolha de cada um de nós, mas precisamos do apoio de vocês para mudar esses paradigmas da saúde e da doença. Muito obrigada, boa tarde.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Convido a Sra. Carmen para fazer parte da Mesa. O Ver. Professor Garcia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Prezado Presidente, saúdo a nossa Presidente do Conselho Regional de Educação Física, professora Carmen Masson; a nutricionista e conselheira do Conselho, Ana Lize Bernardi, e o professor Lauro de Aguiar, também do Conselho. Quero, primeiramente, parabenizar a profissional Carmen pela oportunidade de trazer a esta Casa tema tão importante sobre o Dia Mundial da Saúde, concomitante, hoje, com o Dia Mundial da Atividade Física. Tivemos a oportunidade de ouvi-la falar sobre a questão da qualidade de vida, mas, principalmente, sobre a questão da profilaxia. Eu sempre digo que teríamos que pensar, em nosso País, em mudarmos o nome do Ministério da Saúde para “ministério da doença”, porque se faz muito pouco em profilaxia neste País. Quero também parabenizá-la por estar à frente do Fórum dos Conselhos da Área da Saúde. Nesta Casa, nós temos também vários profissionais da área da Saúde: um odontólogo, dois médicos, dois profissionais de educação física, uma farmacêutica, um biólogo e dois ex-jogadores de futebol. Então, mais uma vez, eu quero parabenizá-la e dizer da importância de se enfatizar a questão da prevenção. Fico mais feliz ainda em dizer para Ana Lize da oportunidade de trabalharmos cada vez mais a questão dos conselhos, todos juntos fazendo prevenção e informando a população em seu todo. Falo em nome da nossa Bancada do PMDB – em nome do nosso Líder, Ver. Idenir Cecchim, e dos Vereadores Pablo Mendes, Lourdes Sprenger e deste Vereador, Professor Garcia. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Quero cumprimentar a Carmen, a Ana, o Lauro Ubirajara, que é Secretário do Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região. A Carmen sabe que eu sou até suspeito em falar, pois foi a Educação Física que me deu tudo o que eu tenho hoje, com 60 anos, querendo jogar futebol e jogando não como

antes, mas tentando correr atrás da bola, o que já é um presente maravilhoso. Depois que acabou a Copa do Mundo, eu ouvi uma entrevista muito sábia de um jogador alemão, em que ele disse que o país deles, a Alemanha, dá uma importância muito grande à educação e ao esporte. Por isso eles se tornaram aquele país, pós-guerra, um país que se desenvolveu em cima disso, com poucas doenças. Eu tenho diabetes, faço caminhadas cinco vezes por semana e jogo futebol aos fins de semana. Como é importante para um Governo, relativamente a remédios, as pessoas praticarem esportes, não importa qual, é muito importante. Aquilo que a Carmen disse no final: se você quer chegar aqui na Câmara, sentar bonitinho, caminhar, sem o auxílio de ninguém... Nós temos que deixar essa preguiça de lado e caminhar. Hoje, Carmen, em relação à cidade de Porto Alegre, onde convivo bastante, acompanho pesquisas na televisão mostrando que no Rio Grande do Sul, principalmente na Capital, 27% das jovens de 5 a 20 anos, aproximadamente, estão obesas. Por que ocorre essa obesidade? Por falta de condições físicas, de preparação física, em função de essas crianças não caminharem, não praticarem um esporte. Não o esporte em si – jogar no Grêmio ou no Internacional, jogar vôlei, ser um grande campeão –, não; falo do esporte para a sua vida no futuro. A fala de vocês é importante. Parabéns, Carmen Rosane Masson. Conte com a Bancada do PSD. Estamos aqui para ajudar e sei o quanto isso é maravilhoso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Sr. Presidente, nossa Presidenta Carmen, Nutricionista Ana, Professor Lauro, que conheço há muitos anos. Quero dizer para vocês que é um orgulho tê-los aqui, hoje, para nos fazer esta palestra rápida, mas, se ficarmos atentos, pegamos coisas mínimas que são importantes em nosso dia a dia. Como gosto de praticar esporte, jogar um futebol, fazer a minha corrida, com certeza isso me ajuda muito. A idade vai chegando, e a gente vai acompanhando um pouco para não ficar sedentário, ficar só sentado, só comendo, vendo tevê. Isso, para nós, é muito importante, eu me sinto bem.

Há muito tempo conversava com o professor Lauro, e ele sempre me incentivava, eu ainda era motorista na época. A gente conversava, e eu dizia: “Lauro, eu já dei a minha corrida hoje”. O professor Lauro me respondia: “Paulinho, continua, três ou quatro vezes por semana, sempre”. Muito obrigado, professor Lauro, sempre um grande batalhador.

Presidenta, eu fico sem palavras para falar, e a gente tem os nossos profissionais: professor Pedro, que trabalha comigo; nosso Ver. Professor Garcia, sempre estamos conversando, e peço algumas dicas para ele, que está sempre à disposição. Para nós é um orgulho tê-lo aqui conosco. Temos nossos dois profissionais, o Tarciso e o Dinho, ex-jogadores, estão sempre em forma, correndo conosco, jogando um futebol junto. A educação física, a corrida e a caminhada, como a senhora acabou de falar, evitam a doença, porque, depois que a doença chega, a gente diz: “Por que eu não fiz antes? Por que eu não preveni?”. Depois já não tem a mesma importância.

Então, com certeza, todos nós deveremos fazer a nossa educação física, fazer a nossa ginástica e incentivar a gurizada a fazer. Nossa nutricionista Ana, é muito importante a nutrição junto com o exercício físico. Acabei de lhe falar: a sua profissão é muito importante para nós. Então, com certeza, conte conosco. Falo em nome do PSB, do Airto Ferronato, meu Líder, e em meu nome, Paulinho Motorista. Estejam sempre à vontade na nossa Casa, que é a Casa do Povo, a casa de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero fazer uma saudação à Sra. Carmen Rosane, Presidente do Conselho Regional de Educação Física; à Sra. Ana Lice, Conselheira do Conselho Regional de Nutrição, e ao Professor Lauro Ubirajara, Secretário do Conselho Regional de Educação Física.

Eu estava comentando com vocês sobre a experiência que tive com a nutrição e também pessoal. Hoje não represento a saúde em 100%, e já houve uma época, até 2008, em que eu era obeso, tanto que procurei uma endocrinologista para fazer uma reeducação alimentar, e, durante nove meses, emagreci quase 30 quilos. Eu estava com 120 quilos e

fui a quase 80. Foi a melhor experiência que tive na vida. A partir dali, comecei a fazer exercício físico e a observar o que eu comia e a cuidar da minha saúde.

Eu acho que a grande maioria dos brasileiros vê a saúde como algo eventual. Os mais organizados fazem um exame a cada ano ou a cada dois anos, o que também não previne, porque ali tu vais buscar a doença. Quem faz exames de colesterol, triglicerídeos, etc, é para ver se já está doente, ou seja, não há uma medicina preventiva no Brasil, que é o que seria correto. A gente fala em exercício físico, em alimentação, mas a maior parte das pessoas que procuram isso é para tentar curar o que já está causado. Temos uma cultura toda que estimula a pessoa a ficar adoentada, como *fast food*, propaganda de refrigerantes.

Eu estava vendo alguns números: mais da metade da população está acima do peso – é só a gente olhar, não precisa nem ser médico, porque dá para perceber. Dezessete por cento são considerados obesos mórbidos, quase à beira da morte; o excesso é mais comum entre os homens, vocês também sabem–, e também a escolaridade é algo que determina isso: em escolas de periferia isso é uma tendência, até porque a comida ruim é a comida barata. Lamentavelmente, acho que a política pública deveria taxar esses alimentos e, inclusive, dar desconto para as comidas saudáveis – arroz integral, aipim, batata doce, frango, ovo, etc. –, porque hoje não se tem isso. E pão branco, que é ruim, vende mais, porque é o mais barato. Apenas um, em cada três brasileiros, pratica algum tipo de exercício físico. Acho que não chega a isso, porque, sinceramente, pensando nas pessoas ao meu redor, conheço poucas que fazem exercício físico. Mas isso aqui está em dados, só estou colocando, é um dado péssimo. Um, em cada quatro brasileiros, não come cinco porções de frutas ou verduras por dia; 23% consomem refrigerante todos os dias, ou seja: um brasileiro a cada quatro, também acho que é mais do que um, porque, se for ver, esses são dados para razoabilizar a situação, mas, na verdade, acho que são 50% ou mais os que tomam refrigerante. O câncer e o AVC, na minha opinião, matam 90% dos indivíduos no Brasil. Isso está vinculado cem por cento ao estilo de vida. Esse papo de genética – eu tenho visitado hospitais de câncer e asilos –, de o indivíduo nascer com predisposição, ninguém tem predisposição a ter câncer. Naturalmente há a genética, mas tu podes contrariá-la a partir dos teus hábitos, e o que mata hoje, no Brasil, é câncer e o AVC, resultado da alimentação e saúde, de como o indivíduo se enxerga todos os dias. Não adianta, com 80 anos, querer mudar hábitos alimentares, isso é cumulativo, é

pág. 8

como um carro: não cuidou, vai parar. O índice de hipertensão aumentou 24%; diabetes, 7%; enquanto, em relação ao cigarro, ironicamente – talvez sejam dados não tão concretos –, diminuiu em 12% o número de fumantes. Ou seja, a hipertensão aumenta, e o cigarro diminui. Isso é consequência direta da maneira com que as pessoas enxergam a saúde.

Então, quero saudar esse tema da Tribuna Popular, dizer que a Câmara de Vereadores está à disposição de vocês. Se eu pudesse, hoje, determinar, seria médico, nutricionista ou algo da saúde, porque acho que, além de tudo, é uma profissão belíssima e é muito bacana estar envolvido com algo que salve; deve dar uma satisfação enorme. Parabéns a vocês, e muito obrigado pela atenção. Estamos à disposição sempre que precisarem.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Quero saudar aqui também a Carmen, a Ana e o Lauro. Parabéns por trazerem aqui o tema. Amanhã é o Dia Internacional da Saúde, e poderia haver o dia da segurança e o dia da cultura. O que quero dizer com isso? Precisamos enxergar o esporte e a atividade física como política pública. Infelizmente, assim como a bicicleta ainda hoje é vista como simples instrumento de lazer, e já não é só isso, além de esporte e lazer é um instrumento de mobilidade, também a Educação Física tem que estar inserida. Digo isso porque, como ex-atleta que fui, como ciclista profissional, percebi que, nos outros países em que morei, a atividade física e o esporte de alto rendimento, inclusive, fazem parte de uma política pública de Estado que incentiva o jovem, naquela fase de explosão hormonal, a canalizar suas energias para uma coisa saudável, competitiva, com regras. Aprende-se a tolerância, aprende-se a respeitar o adversário. Então, ainda nos falta muito, e ainda acho que essa é a grande resistência que a gente tem que vencer.

Em nome do Partido dos Trabalhadores, gostaria de fazer essa saudação e dizer que podem contar conosco para melhorar a nossa Cidade também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Presidente, nossa saudação à Sra. Carmen, à Sra. Ana e também ao Professor Lauro. Em nome do PTB, quero dizer que muito nos honra recebê-los aqui na tarde deste dia, especialmente com uma temática tão importante como o Dia Mundial da Saúde. Nós entendemos, de forma muito pontual e objetiva, que o trabalho de profilaxia, prevenção, o trabalho de educação no que tange ao tema saúde, especialmente à conscientização, a começar pelas crianças, pelos nossos adolescentes, é o segredo de um sucesso na questão, na temática da saúde. Portanto, a palestra que foi aqui brilhantemente proferida para todos nós, que também foi transmitida pela TVCâmara, nos traz a evidência da importância do tema. Parabéns! Em nome da Bancada do PTB, nós agradecemos a presença de vocês aqui na tarde deste dia.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Obrigado, Presidente, quero apresentar inicialmente os cumprimentos à Dra. Carmen Rosane Masson pela exposição elucidativa. Também cumprimento a Dra. Ana Bernardi e o Prof. Lauro Ubirajara Barboza de Aguiar. Muitos dos meus colegas já se pronunciaram aqui. Talvez eu tenha pouco a dizer. Não são todos os dias que esta Casa tem esse tipo de exposição com um assunto tão importante para todos nós. Apresento, em nome da Bancada do PP, ou seja, dos Vereadores Kevin Krieger, Mônica Leal, João Carlos Nedel e em meu próprio nome, os nossos cumprimentos. Ao mesmo tempo, estamos à disposição para qualquer coisa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, de forma muito especial eu cumprimento todos os colegas através do nosso colega Ver. Professor Garcia, que é um profissional de Educação Física, um dos profissionais de saúde. Quero dizer ao Presidente dos trabalhos, à Carmen Rosane Masson, Presidenta do Conselho, à Ana Lize Bernardi, do Conselho Regional de Nutrição – outra profissão estratégica também nesse contexto da saúde – e ao prof. Lauro Ubirajara Barboza de Aguiar, que já esteve conosco no Seminário Saúde, um Bem que se Quer, 1º Secretário do Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região: vocês anteciparam, na realidade, o Dia Mundial da Saúde, e isso é muito bom, porque é uma iniciativa de profissões que são estratégicas nesse contexto de qualidade da saúde que nós buscamos. Então, vocês estão aqui como se hoje já fosse o dia 7 de abril.

Eu venho do movimento da reforma sanitária, como profissional farmacêutica, à época ainda estudante, e, depois de formada, Presidente da Associação dos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul. E numa correlação de forças que se formaram entre os profissionais de saúde e os usuários de saúde, no processo que passou pela 8ª Conferência, chegando à Constituinte, nós estamos chegando na 15ª Conferência da construção do Sistema Único de Saúde. Eu quero colocar nesse contexto, porque essa é uma política de Estado, é a política mais inclusiva da Nação brasileira. Tem muito a caminhar, nada está pronto e acabado. Nós, profissionais, sabemos que ela é um direito do povo brasileiro, porque foi construída num processo de ampla participação, portanto é uma política de Estado. E uma política de Estado pressupõe profissionais numa ótica diferenciada. Eu acho que hoje vocês nos dão esse exemplo aqui, hoje, porque nós precisamos reafirmar o SUS com essa maior política de inclusão social no País, num momento em que há uma ofensiva retrógrada e privatista para que o SUS não seja o sistema público com a complementaridade do setor privado, como está na Constituição. E foi muita luta para colocar isso na Constituição.

Existem projetos criminosos tramitando no Congresso Nacional num momento em que temos que ter muita ousadia para reafirmar o SUS como a gestão qualificada, com essa visão republicana. E para isso nós precisamos de gestão, de visão republicana, no SUS, da União, do Estado e do Município. Essa concepção – esse é um dos entraves do SUS – do significado da equipe multidisciplinar ao lado de política de cargos e salários de uma carreira única para a saúde, mas com a visão da equipe multidisciplinar. Então, nós

estamos em plena 15ª Conferência, na qual nós vamos trabalhar o acesso, a equidade e a integralidade. Não há acesso, equidade e integralidade sem todos os profissionais de saúde, sem equipe multidisciplinar, sem o financiamento, que é o nó do sistema, a participação social e a representatividade do Controle Social e a gestão do trabalho e da educação em saúde e para a Saúde. Aliás, o financiamento, nós estamos pautando, 10% da receita tributária bruta do orçamento da União, taxaço das grandes fortunas e 25% do Pré-Sal para o Sistema Único de Saúde. Isso está passando na nossa Conferência.

Eu queria finalizar dizendo que, o Ver. Marcelo Sgarbossa é o Presidente da COSMAM, e sou Vice-Presidente, desde 2013, propusemos na Comissão e está sendo realizado com muito denodo, com muita responsabilidade o Seminário “Saúde, um bem que se quer”. Vamos homenagear, então, o dia 7 de abril, vamos homenagear os diversos profissionais, e a vocês de uma forma especial, propondo que no próximo seminário nós trabalhemos a equipe multidisciplinar e o papel dos profissionais de saúde, para uma saúde de qualidade, da educação e prevenção até a alta complexidade e, trabalhando nisso, a especificidade e a intersetorialidade de todos nós para essa saúde de qualidade, para essa reafirmação do SUS... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Esta Câmara só tem a agradecer ao Ver. Professor Garcia e a vocês, porque nós estamos a comemorar o Dia Mundial da Saúde, que é uma data internacional, de uma forma muito propositiva e com a presença de profissionais estratégicos para essa saúde que sonhamos e que tem que sair do papel e se materializar na vida do povo brasileiro. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Agradeço, falo em nome do PT, PCdoB e PSOL e espero corresponder aos partidos. Cumprimento a Carmen Rosane, colega municipalista com larga experiência na Secretaria Municipal de Esportes, Recreação de Lazer, Presidente do Conselho Regional de Educação Física; cumprimento o Professor Lauro também, que acompanha o Conselho; e a Ana Lize, conselheira do Conselho de Nutrição. Eu diria que,

juntando a educação física e a nutrição, resolveríamos 80% dos problemas de saúde do ser humano.

Quero aproveitar a presença de vocês e elogiar por trazerem à pauta, na Tribuna Popular, o tema que importa a todos nós, com esta perspectiva de que a atividade física, de fato, deveria ser prática de todos, deveria ser parte da formação do sujeito como algo que não pode estar fora da vida de ninguém.

Aproveitando que concordo com isso, quero trazer alguns elementos que eu considero problemáticos em Porto Alegre. A Carmen sabe o quanto a Secretaria de Esportes, infelizmente, vem perdendo tamanho, orçamento e potência. Esse acesso à orientação pública na educação física, nas praças e parques... O Professor Garcia também sabe, nós aqui tivemos vários diretores, o Bosco... Eu quero aqui dizer que é muito importante que nós revertamos esse caminho da Secretaria de Esportes, nós precisamos de concurso público. Há dois anos, vinte e poucas praças tinham perdido professor, eu imagino que esse número tenha aumentado, porque não tem chamada para isso. Quer dizer, nós perdemos as escolinhas das crianças, onde a prática esportiva é incorporada como algo da vida cotidiana, onde tu aprendes uma cultura corporal diferenciada.

Por outro lado, queria pedir ao Conselho que socialize se tiver uma avaliação dessas academias públicas. Eu olho esses equipamentos, acho que alguns são mais de risco do que de efeito, porque eles têm resistência. Eu acho que nós precisaríamos de uma avaliação, porque elas estão proliferadas de forma não orientada na maior parte dos lugares, e acho que vale termos uma atuação nesse sentido.

De outra parte, nós, profissionais de educação física, estamos lutando para que eles estejam no Programa Saúde da Família, para que, aqui nesta Cidade, a gente possa ter o PSF. É um outro grupo de profissionais, em que o nutricionista e o educador físico deveriam estar, regionalmente, dando assessoria ao conjunto Programa Saúde de Família, porque a intervenção, lá nas comunidades, pode fazer muita diferença. E também achamos que temos hoje duas tendências muito perversas: por um lado, a educação física baseada na superexacerbação da estética, do corpo perfeito, e, por outro lado, a exploração do profissional de educação física, superexploração do estágio nos clubes, nas academias, etc. Não há uma regra, uma defesa forte do salário, das condições de trabalho desses profissionais que se desdobram em três turnos, em três,

quatro, cinco empregos, relações de trabalho para o seu sustento, sendo bastante explorados nesses espaços informais, fora redes de educação, redes públicas.

Então acho que são grandes desafios para os nossos profissionais e que podem resultar em saúde quando revitalizados, lembrados de compromisso nosso de superá-los. Parabéns aos dois Conselhos. Bom trabalho.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Dra. Carmen Rosane; Dra. Ana Lice e Prof. Lauro, na verdade foi um desafio dos meus colegas que me disseram que eu não teria coragem de vir aqui perante vocês falar sobre saúde, nutrição, exercício, uma série de coisas, mas eu já eliminei 26 quilos; acredito que é possível quando a pessoa quer, quando a pessoa está determinada. Já consigo usar até cinta, consigo andar sem bengala aqui na Casa. Eu acho que tem que ser repassada a todas as pessoas a importância que tem a saúde, não só não fumando, não só tendo hábitos alimentares, mas, no futuro, ao que leva esta saúde, principalmente o acompanhamento que a gente tem que ter de áreas tão importantes que aqui se encontram, como a nutrição e a educação física.

Então, eu queria saudar a todos e dizer que este Dia Mundial da Saúde é um dia muito importante para todas as pessoas, principalmente para aquelas que lutam para ter saúde. Que a saúde seja uma bandeira de todos nós. Como já falamos aqui, não adianta vocês lutarem diariamente para que as pessoas tenham saúde, e as pessoas, ao saírem de seus consultórios, verem a placa do refrigerante tal, do hambúrguer tal, do computador tal, incentivando a comprar. Como o Tarciso mesmo disse, cada vez mais as crianças jogam menos futebol, soltam menos pipa, estão sempre na frente dos computadores.

Então, queria saudar vocês neste Dia da Saúde, os profissionais da saúde, que continuam lutando para que as pessoas tenham saúde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Queremos agradecer, em nome dos 36 Vereadores da Câmara de Porto Alegre, a presença do Conselho, da Sra. Carmen, da Sra. Ana Lice, do Prof. Lauro Ubirajara. Falamos, também, em nome da Cidade que representamos. Só temos a agradecer e sabemos da importância tanto da nutrição quanto da educação física, o que foi corroborado pela grande maioria dos Vereadores que falaram. Só temos a agradecer a presença de vocês. Contem conosco sempre que necessário. Suspendemos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h04min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h06min) Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Elizandro Sabino (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Antônio Augusto dos Santos, deste que foi um radialista, um homem destacado aqui em Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, pai do jurista eleitoral Antônio Augusto Maia dos Santos.

O Sr. Engº Comassetto (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Arquiteta e Engenheira Agrônoma Patrícia Machado Flores, que trabalhava no Grupo Hospitalar Conceição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Vereadores, público das galerias, funcionários da Câmara presentes, os que estão nos gabinetes e aqueles que nos assistem em casa. Hoje eu queria falar de dois temas fundamentais para que a política tenha, de fato, o seu papel, o seu funcionamento da forma necessária. A política

só existe de fato se existe para as pessoas, senão ela é simples e puramente um debate demagógico e de discurso feito aqui no plenário e nos plenários das demais Câmaras, nos municípios e nos parlamentos em geral.

Hoje, pela manhã, estive num residencial geriátrico – e tenho feito uma grande movimentação dentro de asilos residenciais e hospitais geriátricos para ver a realidade dos idosos –, um tema que me comprometi a acompanhar, colaborar e tentar construir alternativas para essas pessoas que, muitas vezes, estão abandonadas. Apesar do Estatuto dos Idosos, sabemos que, na prática, assim como outros assuntos, quando se trata de saúde – e era o que vínhamos conversando com a representante do Conselho Regional de Nutrição –, isso está muito aquém do que se desejaria. E hoje estive num residencial que é uma referência – assim como tenho visitado asilos onde há pessoas pobres, pessoas malcuidadas, sem o mínimo de assistência, jogadas muitas vezes por não terem famílias e estão quase como mendigos, e há diversos asilos nessa situação aqui em Porto Alegre –, que é o Residencial Geriátrico Santa Madalena. Esse Residencial é um exemplo do que deveriam ser todos os residenciais. Inclusive, estava falando com o Tiago, seu proprietário, sobre que bom seria se todos tivessem 30% do que há nesse Residencial. Lá as pessoas são bem tratadas; havia um senhor, médico, que estava andando de cadeira de rodas e bebendo uma cervejinha na hora do almoço; tinha acompanhamento de terapia ocupacional, de psicólogo. Lá existe o chamado Vivências do Sul, que é quase uma creche para idosos – isso para os que não querem ir para a geriatria, durante o dia, possam ficar naquele espaço interagindo com outras pessoas da mesma idade, com jogos, dança, jogos de carteados, bailes, espetáculos de teatro, o que, seguramente, qualifica bastante o processo da terceira idade, a que todos nós um dia chegaremos. E a gente tem que pensar cada dia mais em políticas públicas para isso, para cada vez mais diluir essa realidade tão triste desse setor da população que, lamentavelmente, na sua maioria não tem uma velhice digna, uma velhice bacana. Então, esse é o primeiro tema.

O outro tema, que eu tenho tratado, é a questão dos animais. Eu não escondo de ninguém que fui adotado pela causa dos animais; diferente do que muitas vezes acontece, quem me ganhou foram os próprios animais. Eu nunca pensei que estaria aqui defendendo a política dos animais, mas você vai se envolvendo sentimentalmente e vai percebendo o quanto eles, com aquele olhar, falam muitas coisas. Hoje quero fazer um

convite, porque acho que essa política não tem que ser de um Vereador ou de uma Vereadora, de um Deputado ou de uma Deputada; amanhã a gente vai ter uma atividade lá na Comissão de Constituição e Justiça. Tem que ser uma política em que a gente convide mais e mais Vereadores para se incorporarem.

Bom, se dá voto, se eleitoralmente vai ser isso ou aquilo não interessa; o que importa é que as políticas públicas aconteçam. Eu não me preocupo em dividir temas e dividir causas com qualquer colega que queira se incorporar à luta dos animais. Eu não me importo. Para concluir, meu querido Casartelli, quero convidar tu e o Kevin, que são meus amigos... Eu acho que qualquer política acertada tem que ser incorporada por mais e mais Parlamentares; é como a política na população, quanto mais pessoas estiverem envolvidas nas causas, mais elaboração se tem sobre aquilo, mais a política tem funcionamento. Agora, no momento em que eu quero o tema só para mim, que só eu possa defender os animais, seguramente isso é uma forma sectária que faz com que o tema não ande, independente se a tua opinião é de que o animal tenha que usar camiseta vermelha e eu acho que deva usar azul, mas tu também tens coração e também estás defendendo a causa. Eu quero deixar claro que eu defendo aqui que todos os colegas Vereadores, todas as pessoas defendem causas nobres, entre elas os animais. Isso é que vai fazer mudar a realidade que a gente vive.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Grande Expediente.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu me sinto absolutamente honrada em poder ocupar, no dia de hoje, o Grande Expediente, na esteira dos 93 anos de vida e luta do Partido Comunista do Brasil – o sempre velho e sempre novo, renovado, Partido Comunista do Brasil! Essa data foi comemorada no dia 25 de março, e eu estou aproveitando este momento para fazer, junto com todos os meus colegas, uma reflexão.

São 93 anos de vida e de luta que percorrem caminhos da história do Brasil, lado a lado com os trabalhadores, com as mulheres, na sua eterna luta por emancipação, com os negros, com os indígenas, com a juventude, com os velhos, com o setor produtivo, na busca do desenvolvimento e da soberania, com os movimentos sociais, com os democratas e os patriotas.

Esse momento foi dupla e intrinsecamente aproveitado pelo nosso partido nos seus 93 anos. Comemorar e refletir! No final de semana dos dias 28 e 29 de março, a direção plena do Comitê Central do nosso partido debateu a conjuntura e chamou a realização de uma conferência – a 10ª Conferência Nacional –, que vai ser realizada em maio, para tratar das próximas perspectivas e questões organizacionais do nosso partido, tirando importantes resoluções. A primeira delas, sem titubear, sendo que, aliás, eu já disse nesta tribuna: a defesa do mandato da Presidente Dilma e a construção de uma frente democrática e patriótica para unir o povo brasileiro, uma frente ampla em defesa do Brasil, da democracia, face à grave crise política nacional. Nós, que sabemos qual é o nosso lugar e qual é o papel do nosso partido na nova realidade do Brasil, nunca fugiremos da luta na construção e na garantia da liberdade. Temos uma longa trajetória que deriva das aspirações mais profundas do povo, porque somos oriundos do povo, para construir uma nação próspera, democrática, soberana, com progresso social, com convicção de termos, como rumo e horizonte, sem perder a perspectiva de transição para o socialismo, o socialismo com a cara, a coragem, a dignidade e a cultura do povo brasileiro.

Enfrentamos muitas jornadas em conjunto com as forças progressistas, nunca nos isolamos. João Amazonas sempre dizia que um comunista não se isola; ele busca unir, ele busca ampliar para contribuir, junto com as forças progressistas para fazer a transformação. Já há algumas jornadas que os comunistas enfrentaram: a ditadura do Estado Novo; a Legalidade no Rio Grande do Sul, liderada pelo Brizola, com muita honra. João Amazonas veio para dirigir o partido nacionalmente daqui de Porto Alegre; e Aldo Arantes, presidente da UNE, foi quem nos dirigiu, a juventude da época – e eu tenho muita honra de ter sido parte orientada pelo meu Partido da Juventude na Legalidade. Ver.^a Sofia, a juventude a gente traz na audácia, na ousadia, no coração, nos princípios que regem a integridade e a luta do povo brasileiro; e a ditadura militar, que, entre outras, custaram a vida de centenas de militantes comunistas e patriotas.

Para nós que não abrimos mão do compromisso histórico com a causa democrática, a democracia hoje está sob séria e grave ameaça por uma oposição neoliberal que não aceita a quarta derrota consecutiva nas urnas, numa escalada reacionária contra o Governo da Presidente Dilma, pregando um *impeachment* fraudulento e golpista. É uma intentona de direita num momento de forte impacto da crise capitalista mundial sob os países em desenvolvimento da América Latina querendo derrubar o ciclo democrático e de desenvolvimento da nossa América Latina e do Brasil, porque não admitem que os povos em luta garantam, eles mesmos, a justiça social, a soberania e a sua democracia. Uma crise em que o capitalismo não resolve as mazelas que ele mesmo criou por ser um sistema de exclusão e de opressão. Crise política com correlação de forças favoráveis, sim, aos conservadores e a alguns incautos numa dinâmica gritada pela Operação Lava Jato, que desbaratou um bem antigo esquema criminoso de pagamento de propina na Petrobras. Repito: antigo esquema. Hoje aparece, porque se dá força, através dos governos populares de Lula e de Dilma, às instituições para o combate à corrupção, doa a quem doer, numa dinâmica que se desvirtuou, porque se vinculou à oposição conservadora, quando tinha sido direcionada para atingir seletivamente a base do Governo, de uma forma muito especial, Ver.^a Sofia, o PT, com esforço para comprometer a Presidenta e o ex-Presidente Lula, só que desvirtuou, porque está aparecendo, há outras coisas acontecendo, e tem que puxar até o fim dessa meada; estendendo-se ao Poder Legislativo – dezenas de Parlamentares, um enorme contingente desta oposição conservadora, inclusive, os presidentes das duas casas do Congresso foram afetados. Todos têm que ser julgados e punidos, de acordo com a Constituição e com a lei.

A crise desembocou nas ruas, com manifestações que representavam os dois pólos do confronto atual. Atos nossos em defesa da democracia, contra o golpe por mais direitos - é aí que o PCdoB se perfila; atos de pregação reacionária contra a Dilma e seu mandato - é isso que o PCdoB repudia, porque é um mandato constitucionalmente eleito pelo povo brasileiro. Há novos capítulos já anunciados. Isso exigirá do campo popular e democrático muito empenho, manifestações mais amplas, mais vigorosas.

Eu participei, representando o meu Partido, na semana passada, sexta-feira, na Igreja Pompeia, na luta das Centrais dos Movimentos Sociais: lutas vigorosas, num marco, a altura da luta de classes, preparando um 1º de maio da luta dos trabalhadores. E qual a nossa questão chave, frente a essa realidade instável e perigosa? Eu não quero ver esse

filme de novo, num patamar mais elevado de intensa ação dos interesses do capitalismo em crise, num País como o nosso, que se tornou uma referência, sim, quer queiram ou não, na busca de um projeto de desenvolvimento econômico social e humano, com justiça social, com democracia e soberania - 51 anos do golpe militar! Hoje, um golpe nesse País, não será apenas 51 anos de atraso, serão mais de cem anos de atrás, porque não foi brincadeira superar o golpe, superar a herança do neoliberalismo, para garantir um desenvolvimento nesse País, ainda não pronto e acabado, porque as coisas não se acabam de fazer. Há muita luta ainda pela frente – dessa o PCdoB não foge! A questão chave, para nós, é rechaçar o golpismo, defendendo com ousadia, com unidade, com coragem, de modo resolutivo nas ruas, nos Parlamentos – onde necessário for – a democracia. Defender a democracia é defender um mandato constitucional da Presidenta da República. A tarefa maior: a construção de uma frente ampla, com todas as forças possíveis do campo democrático e patriótico para enfrentar, para isolar, para derrotar a ofensiva retrógrada, o consórcio conservador opositor.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Excelente a sua manifestação, na minha opinião. Quero parabenizá-la pela coerência, pela lealdade, pela clareza em relação ao Brasil de hoje. E quero dizer que essa frente ampla e democrática tem que ser organizada; parabenizo-a pela iniciativa. Nós queremos o mandato da Dilma até o final e queremos as investigações até o final, porque o Brasil será outro. Será um Brasil novo, mais transparente e muito mais democrático. Parabéns e obrigada.

A SRA. JUSSARA CONY: Muito obrigada, companheira, Ver.^a Sofia. É isso, Vereadora, unir o povo em defesa da democracia. Para nós, há bandeiras que são a democracia – a primeira delas –, a legalidade, a Constituição, o mandato legítimo e constitucional, a defesa da Petrobras, a defesa da economia e da engenharia nacional, porque o imperialismo está de olho! O que eles querem é a Petrobras mesmo! É isso! Porque a Petrobras detém, pela capacidade dos seus trabalhadores, o único conhecimento de prospecção no fundo do mar. A defesa, o combate à corrupção, a toda e qualquer corrupção de todos os tempos, venha de quem vier! Puxar o fio dessa meada, como já

disse, até chegar ao miolo antigo, julgar, prender e fazer, Ver.^a Sofia, devolver o dinheiro ao povo brasileiro, seja quem for!

O fim do dinheiro das empresas nas eleições, que é o cerne da corrupção; a retomada do crescimento econômico, a garantia dos direitos sociais e trabalhistas, nenhum direito a menos, muitos direitos a mais aos trabalhadores! Mais mudanças para o futuro. Aí nós precisamos, sim, estar nas ruas e ir para dentro daquele Congresso retrógrado garantir reformas estruturantes por um novo projeto nacional de desenvolvimento: a reforma política democrática.

E, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política desta Casa, estou fazendo contato com a OAB, com a CNBB, com os movimentos sociais, com frentes parlamentares do Brasil, com sindicatos, com as centrais sindicais, para um ato em Porto Alegre, com a presença da OAB Nacional, para botarmos na rua abaixo-assinado, conversar com as pessoas, no sentido de que nós possamos garantir uma grande articulação para fazer a reforma política; a reforma educacional, com mais investimentos para a educação, desde a pré-escola até a universidade, com 75% do Pré-Sal. A Reforma tributária: fazer justiça tributária com imposto progressivo e taxação das grandes fortunas, para ter mais dinheiro para a saúde. A reforma agrária, para gradativamente terminar com os latifúndios improdutivos. Eu sei que há uma correlação de forças no Congresso Nacional e dentro do próprio Governo, que tem que ampliar a sua base contra a reforma agrária antilatifundiária, mas fora do Congresso, nas ruas, nas lutas camponesas, na unidade do povo da cidade e do campo, há possibilidade de fazermos uma outra correlação de forças. A reforma urbana, com cidades mais humanas, acessíveis a todos, habitação e serviço de qualidade, mobilização urbana, saneamento, controle social. A democratização dos meios de comunicação, com uma comunicação mais plural que valorize a cultura local e garanta voz à sociedade. Fim dos monopólios, fim das suas falcatruas e da sonegação de dinheiro aos cofres públicos, mais investimento da saúde. Estamos na 15ª Conferência pelos 10% da receita tributária bruta, com projeto de lei de iniciativa popular contra os PLs do Congresso que querem o fim da assistência social, do Eduardo Cunha, Presidente – 25% do Pré-Sal para a saúde.

E finalizo, Sr. Presidente, isso tudo exige, sim, o protagonismo da Dilma, da nossa Presidente, e também a participação do ex-Presidente Lula, a esquerda partidária, os movimentos sociais, sem abdicar das suas pautas específicas, empenho nessa tarefa. A

pág. 21

Presidente se apoiar em um núcleo de articulação política plural, mas condizente com as necessidades de o País avançar ainda mais. Quero finalizar dizendo que deve haver esforço do Governo para que a economia do País volte a crescer, somos críticos ao conteúdo do ajuste fiscal. Estamos olhando e atendendo, de forma positiva, o voto de confiança que a Presidente pediu para nós, para o povo brasileiro, mas cabe à Presidente liderar uma repactuação com a sua base social, com os trabalhadores e, também, com os setores produtivos, que garantem o desenvolvimento, e não com setores rentistas.

Nós faremos a nossa 10ª Conferência para fortalecer o nosso partido, a sua identidade própria, debatendo lugar político de um partido comunista, face às mudanças da conjuntura e aos desafios táticos de 2015, que se somam críticas sim. Novos esforços para efetivar justas linhas de ação e construção partidária e impedir, com luta, unidade e amplitude, o retrocesso em tantos anos de luta para os quais o nosso partido deu a vida de homens e mulheres que reverenciamos por sua resistência, pela sua dignidade, por seus ensinamentos. Essa é a opinião do velho, 93 anos, mas sempre renovado partido. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde. Eu queria cumprimentar nosso Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Como sempre digo, Ver.^a Jussara Cony, que veio aqui, com toda a sua garra e sua dedicação, fazer uma homenagem aos 93 anos do PCdoB. Quero aqui me solidarizar, em nome do Partido Progressista e dar os parabéns a essa agremiação, a essa entidade que tanto contribui com o nosso Brasil.

Também, não posso deixar de fazer alguma manifestação em cima da própria manifestação da Ver.^a Jussara Cony, a qual eu respeito e muito – não é Jussara, tu sabes disso. Em algumas questões nós concordamos, Jussara, a não retirada dos direitos trabalhistas – Ver. Cláudio Janta, tu que és um grande defensor da área do Direito Trabalhista. Quem está fazendo isso no atual momento? Não é o Legislativo. Há um projeto do Executivo Federal retirando os direitos dos trabalhadores. A Ver.^a Jussara

Cony está me dizendo que é contra. Coisa boa. Todos somos contra isso, porque, no momento em que os trabalhadores têm o direito, retirar o direito... Ainda mais quando a Presidente Dilma, numa campanha eleitoral, Ver. Bernardino, falou diversas vezes nos debates que não tiraria os direitos dos trabalhadores e que não haveria aumento de impostos, que não haveria muitas coisas que hoje estão acontecendo no Brasil nestes poucos meses do novo Governo. Então, são algumas questões que precisam ser discutidas.

Mas eu queria aproveitar, Villela, Mônica e Nedel, este momento que vivemos em nível nacional de dificuldades do nosso partido, que, também, junto com todos os outros partidos, tem demonstrado fraqueza, para falar de coisas boas, porque não só de coisas ruins vive a nossa política brasileira, a nossa política gaúcha, e, principalmente, a nossa política no Município de Porto Alegre. Ver. Cecchim, desde que o Prefeito José Fogaça assumiu a Prefeitura de Porto Alegre, em 2005, e, agora, na gestão do Prefeito Fortunati, começou-se um trabalho muito bom de verificação do que está acontecendo, de monitoramento das metas atingidas. Há 15 dias, a Prefeitura de Porto Alegre entregou ao Ver. João Bosco Vaz um prêmio de cumprimento de metas dentro das secretarias que atingiram 70% das metas. Mônica, Nedel e Villela, o Partido Progressista, hoje, administra quatro Secretarias do Município: Fundação de Assistência Social, Inovapoa, DEP e Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social; secretarias importantíssimas, principalmente na área social. Eu vou aqui falar algumas das metas que foram atingidas, Ver. Cláudio Janta – tu, que trabalhas muito na periferia de Porto Alegre. Metas atingidas em 2014 através da Fundação de Assistência Social e Cidadania: 110 mil atendimentos em Centros de Referência de Assistência Social no ano de 2014, Ver. Tarciso. São beneficiários do Bolsa Família crianças e adolescentes que praticam atividades lúdicas, esportivas e culturais no turno inverso ao escolar, entre tantas outras atividades de grupo com famílias que atuam na área da assistência social. Ver.^a Jussara, quero dizer que também estaremos junto com vocês – tu acabaste de colocar uma questão em relação à assistência social – brigando, no Governo Federal e no Congresso, para que isso não retroceda também. Atendemos, na Fundação, 1.530 famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social; 1.530 famílias atendidas, pessoas que estavam em situação de rua, adolescentes que estavam cumprindo medidas socioeducativas, crianças

e adolescentes que em algum momento estiveram nas ruas de Porto Alegre, e famílias que já tiveram algum tipo de vulnerabilidade maior foram atendidas nos nossos Centros de Referência Especializados. Conseguimos ampliar para 1.700 o número de idosos atendidos nos serviços de convivência para idosos; aumentamos o número de vagas para o acolhimento institucional para pessoas em situação de rua para 628. O que não conseguimos implementar em 2014 e repactuamos para 2015: a abertura do 10º Centro de Referência Especializado de Assistência Social na Região Humaitá/Vila Farrapos, que é o único Centro que ainda falta para implantarmos o Sistema Único de Assistência Social. Algumas metas que foram contratualizadas em 2015: melhorar e qualificar esse número de atendimentos de que eu falei, de 2014, ampliar para 16 mil crianças e adolescentes no turno inverso escolar. Quando o Fogaça entrou, em 2005, nós atendíamos em torno de 6.500 crianças no turno inverso ao escolar através da FASC. Estaremos chegando, no final deste ano, a 16 mil crianças e adolescentes atendidos no turno inverso ao escolar, sem falar, Ver.^a Mônica, em todos os atendimentos que são executados pela Secretaria Municipal de Educação, que também tem, se não me engano, em torno de 30 mil crianças atendidas no turno inverso ao escolar, somando aí quase 50 mil crianças. Isso é fazer prevenção de segurança, e esse é o papel do Município na segurança pública. Nós também tivemos, na Secretaria Municipal de Acessibilidade, várias metas atingidas e que ganharam também visibilidade: a elaboração de diretrizes técnicas visando à promoção da acessibilidade e da inclusão social para pessoas com deficiência em 24 escolas; ampliar para 2.200 o número de atendimentos ao público de PCDs e familiares para encaminhamento de passe livre. Está aqui o Ver. Paulo Brum, que começou esse trabalho que hoje tem continuidade na Secretaria Municipal de Acessibilidade, com o Partido Progressista, não fazendo mudanças, e sim dando continuidade ao projeto que lá foi feito quando foi aberta essa Secretaria. Tantas coisas aconteceram também na área da acessibilidade! Na área da inovação, Ver. Villela, com nossa Secretária Deborah Pilla Villela, aqui tiveram várias metas atingidas, mas realço, principalmente, Ver. Nedel, o trabalho da Unipoa, esse projeto feito por você, pelo Ver. Newton Braga Rosa, que era Secretário, e que a Secretária Deborah e agora a Maria Fernanda têm dado continuidade. Nós tivemos a satisfação de poder estar entregando o diploma para dezenas de pessoas que vieram da periferia de Porto Alegre e que hoje estão formadas pela Unipoa, pelo trabalho da inovação e tecnologia. Está me corrigindo

aqui o Ver. Nedel: já foram entregues mais de 600 bolsas, sem dúvida nenhuma, cada vez mais esse trabalho de apoio que a Unipoa e a Inovapoa estarão fazendo para Porto Alegre, através do apoio do ex-Prefeito Fogaça e do Prefeito Fortunati, cada vez maior na área da Educação, e da parceria com a Secretaria Municipal da Educação. Tivemos também todo um trabalho construído pelo Departamento Municipal de Esgotos Pluviais. Em 2014, o DEP tinha uma meta de ampliar para 200 mil metros quadrados o serviço de dragagem em nossa Cidade, e foram executados 373 mil metros quadrados, ou seja, ultrapassando a meta atingida; concluir 100% da elaboração dos anteprojetos à RDC – Regime Diferenciado de Contratação – do PAC Prevenção, já estamos com 97% realizados. Inclusive, o Ver. Comassetto falou nesse assunto na semana passada, entre tantas outras coisas que foram pactuadas e que foram atingidas.

Então, Mônica, Nedel e Villela, nós temos que ter orgulho dos nossos Secretários Municipais da nossa Prefeitura de Porto Alegre pelo trabalho que vêm fazendo na nossa Cidade: o Secretário Tarso, no Departamento de Esgotos Pluviais; a Secretária Deborah, e agora a Secretária Fernanda dando continuidade ao projeto na Inovapoa; Secretário Marcelo, que já assumiu a Fundação de Assistência Social em 2014 me substituindo; e o Secretário Raul, que já está, desde 2013, na gestão da Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social, fazendo esse trabalho importantíssimo nessa área – 14,5% da nossa população tem algum tipo de deficiência, Ver. Paulo Brum, e hoje são atingidas nas nossas famílias e a gente precisa cada vez mais atuar nessa área, dando continuidade. Não é chegando lá e querendo fazer mudança. O mais importante, hoje, de um projeto político é que ele não olhe a área partidária e sim, a continuidade da gestão pública e das coisas boas que estão acontecendo. Não é chegar lá, porque é do partido A ou do partido B que tem que fazer mudança, porque não foi ele que construiu, não foi ele que projetou. O mais importante é dar continuidade aos projetos que são bons para a Cidade. E eu não tenho dúvida de que o Prefeito Fortunati tem feito isso ao longo da sua gestão, quando substituiu o Prefeito Fogaça. E, agora, eleito com quase 66% dos votos, em 2012, nesta legislação tem feito um excelente trabalho. Eu estava falando, Ver. Bosco, da premiação que os secretários do Partido Progressista receberam, do Prêmio Loureiro da Silva. E tu, inclusive, foste um dos grandes vencedores, agraciado pelo teu trabalho na Secretaria Especial da Copa do Mundo. Então, vai aqui o nosso reconhecimento também a ti e a todos os outros parceiros que conseguem, apesar de todas as dificuldades que

pág. 25

hoje todos os governos – federal, estadual, municipal – estão vivendo em termos de recursos financeiros, conseguem atingir essas metas. Então, a turma está de parabéns, nossos Secretários estão de parabéns. Ao Governo Municipal, do Prefeito Fortunati, nosso reconhecimento pelas soluções que estão alcançando ao longo desse tempo, mesmo diante das dificuldades financeiras em todos os governos de não conseguirem arrecadar o que gostariam de arrecadar.

Mas as políticas públicas não param, as pessoas precisam ser atendidas pelos nossos serviços públicos, esse é o trabalho de todos os gestores municipais. E eu vejo aqui o Casartelli, que também foi gestor municipal da saúde, fez um grande trabalho na área da saúde, e hoje o Secretário Fernando Ritter tem dado continuidade a esse projeto na cidade de Porto Alegre. E eu tenho dito isso, Casartelli, por ser membro da Comissão Municipal de Saúde: algumas vezes já vi, nesta Comissão, pessoas virem e elogiarem o trabalho dos serviços públicos e dos servidores, não só reclamarem da gestão. Em duas ou três oportunidades em que estive nas reuniões da Comissão de Saúde e Meio Ambiente aconteceu isso, e eu fiz questão de relatar que as pessoas vieram aqui falar bem dos serviços de saúde. Muito obrigado.

(Não Revisado pelo orador)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que solicita representar esta Casa na reunião da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais sobre a Semana Municipal do Corretor de Imóveis, na cidade de Brasília, nos dias 07 e 08 de abril de 2015, com custeio de viagem.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Waldir Canal, que solicita representar esta Casa no III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, na cidade de Brasília, nos dias 07 e 08 de abril, com custeio de viagem.

(15h48min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLCL nº 026/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 026/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas. Acho que hoje é uma tarde positiva, porque temos aqui dois projetos. Depois quero passar um vídeo que fala um pouco de tudo que embasou a elaboração do projeto de lei. Começa, justamente, com a dificuldade de um cidadão que vem de Viamão, chega em Porto Alegre com seu animal de estimação – escutem o que falo: de Viamão a Porto Alegre – e, quando vai trocar de ônibus, é impedido de entrar no ônibus dentro do Município de Porto Alegre. Por quê? Porque, em 1975, há 40 anos, se colocou, lá no Código de Posturas, a proibição do transporte de animais em ônibus, no transporte coletivo da Cidade. Vejam que já é possível transportar os animais de modo intermunicipal e interestadual, também em aviões, mas, dentro do Município, não é possível. E, desde que protocolamos este projeto, em abril de 2013, recebemos vários relatos de pessoas que se isolam, deixam de visitar seus parentes porque não têm onde deixar o seu animal. O último caso que soubemos é de uma pessoa que tinha um *hamster* na mão, um bicho pequeno, e foi convidada a descer do ônibus em plena noite, uma senhora, porque não podia transportar o animal.

Então fizemos essa proposta baseada em outras legislações, como a de São Paulo. Em São Paulo, foi aprovado um projeto de lei na Câmara Municipal, sancionado pelo Prefeito, coisa de quinze ou vinte dias atrás, e agora é permitido transportar, assim como nós estamos propondo, animais de até dez quilos.

(A Ver.^a Jussara Cony assume a previdência dos trabalhos)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Ver. Marcelo Sgarbossa prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Eng^o Comassetto.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Vou apresentar o vídeo de uma reportagem da apresentadora Ana Maria Braga, que mostra o quão positiva é a possibilidade de transportar os animais.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Estou bem embasado, na Ana Maria Braga. Eu tenho um outro vídeo, mas não vou passar para vocês, é de uma reportagem da Record em que eu, transportando um animal numa caixinha, e uma veterinária demos uma volta na Cidade. E foi superpositivo, todas as pessoas elogiaram a possibilidade de transportar os animais. Eu não vou passar esse vídeo para não ficar muito extenso.

Eu queria falar sobre dúvidas que talvez os Vereadores possam ter. Em relação à primeira delas, uma emenda do Ver. Janta resolve. Nós já tínhamos feito essa questão da limitação dos horários, mas o Ver. Janta melhorou a redação. Ele coloca que os animais poderão ser transportados – estou lendo a Emenda nº 04 – das 10h às 16h e das 21h às 6h da manhã, ou seja, começa a possibilidade de transporte às 10h, quando o horário de pico já terminou, e volta a permissão depois das 21h. Essa era uma sugestão que os rodoviários tinham nos dado, nós tínhamos transformado em emendas, e o Ver. Cláudio Janta nos coloca a possibilidade de diminuir o tempo, mas deixa a possibilidade. Essa é a reportagem, se os Vereadores quiserem assistir, podemos largar o áudio. Acho que não vale a pena, porque a reportagem da Ana Maria Braga já é bastante positiva.

O nosso projeto foi protocolado em abril de 2013. Em setembro de 2013, chega, aqui na Câmara, um projeto do Executivo praticamente idêntico. Eles tinham quatro pontos de diferença. Esses quatro pontos foram tornados idênticos, através de uma emenda do Ver. Cláudio Janta e uma de nossa autoria. Nós tínhamos deixado de fora o transporte seletivo, não tínhamos colocado a restrição de horários, que o Ver. Cláudio Janta colocou, e não tínhamos colocado uma possibilidade importante: se o animal tiver algum tipo de indisposição, tem que descer do ônibus na parada seguinte. E temos uma questão técnica, sobre a qual a Diretoria Legislativa também se posicionou. Através do nosso projeto de lei, estamos fazendo uma alteração em uma lei complementar, tanto da lei de 1975 como na atual lei que trata da comercialização dos animais em Porto Alegre. O Executivo protocolou uma lei ordinária, e a lei ordinária não tem força para revogar uma lei complementar, até pelo quórum diferenciado. Portanto, temos aqui uma situação em que vamos enfrentar, primeiramente, o nosso projeto, que precisa dos 19 votos para aprovação; se for rejeitado, podemos aprovar o do Executivo, mas temos um problema formal de uma lei ordinária não poder revogar uma lei complementar. Tenho o parecer da Diretoria Legislativa, se os Vereadores quiserem acesso, está aqui no processo, mas convidaria aqueles que tiverem dúvida a fazer esse avanço na nossa legislação, que já

está sintonizada... Vejam, estamos tratando da revogação de uma lei de 40 anos atrás, quando os animais eram tidos como cães de guarda, animais que não tinham uma relação terapêutica nem próxima com as pessoas. Hoje isso mudou. Temos aqui a Ver.^a Lourdes Sprenger e o Ver. Rodrigo Maroni que se colocam à disposição da causa animal, e não é uma questão de ativismo dos direitos dos animais; é uma questão de ativismo do direito das pessoas. As pessoas estão ficando em casa sem poder ir ao encontro de outras pessoas porque não têm com quem deixar o seu animal.

Então, realmente é incrível que, depois que protocolamos o projeto, vários relatos vieram parabenizando o projeto de nossa autoria e também relatando os casos em que não puderam transportar ou tiveram que pagar um táxi – nem todos os táxis aceitam – no valor de R\$ 30,00, R\$ 40,00, R\$ 50,00 para levar o animal até um veterinário. Então, peço o apoio dos colegas e fico à disposição para eventuais dúvidas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCL nº 026/13.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa vem suprir a necessidade de quem não tem condições de pagar um táxi dog. Hoje temos esse serviço, com vários profissionais que executam o transporte na cidade de Porto Alegre, embora não regulamentado. Então, até quero corrigir o Ver. Marcelo, porque eu não estou à disposição da causa; eu sou a cara da causa animal e fui eleita pela causa animal! Mas coloquei duas emendas neste projeto porque não é tão lúdico o transporte de animais como parece. O transporte de animais pode trazer sérios problemas, mas, pelo lado positivo, também alivia a situação daquelas pessoas que não têm condições de pagar um táxi a R\$ 60,00 para levarem o animal ao médico veterinário. Mas temos animais que colocam em risco, mesmo sendo de porte médio, a população, até mesmo dentro do ônibus, por ficarem temerosos ou se assustarem. Então, nós colocamos duas emendas citando que esses animais têm que ter algum cuidado, as pessoas devem fazer uma solicitação ao Executivo com antecedência. A causa não é dessas mascotes bem cuidadas que andam nas caixinhas de transporte; nós temos o caso dos animais errantes, animais considerados cães vadios, que, de

pág. 29

repente, estão nas vias e têm que ser transportados. Nós temos que, na hora da regulamentação, deixar bem definido para não dar conflito entre motoristas, proteção animal, apoiadores da causa, porque sabemos que a pessoa que está com o animal quer o atendimento, não importa se aquele ônibus não vai transportar ou se não tem atestado. Vão, certamente, acontecer os casos em que a gente se depara com um animal na rua e a pessoa quer levá-lo ao veterinário. Essa regulamentação tem que ser bem construída. É um projeto da causa animal, certamente eu apoio, mas estranho também que veio outro projeto do Executivo. Não acho muito ético, quando um Vereador trabalha por alguma proposta, porque a comunidade ou seus eleitores solicitaram, e, de repente, o Executivo invade nosso espaço e apresenta um projeto semelhante. Já aconteceu comigo, aconteceu com outros Vereadores, por isso acho que temos que trabalhar em parceria por soluções, por políticas públicas para nossa Cidade.

O Sr. Dr. Thiago: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Lourdes, no sentido de contribuir com o debate, vi que tem uma emenda sua que fala que animais em situação de risco não seriam contemplados pelo projeto. Vossa. Excelência poderia explicitar para nós o que é isso?

A SRA. LOURDES SPRENGER: Situação de risco pode ser animal considerado bravo, ou também animal que esteja agonizando, que está em risco de vida, então esse animal tem que ser transportado em outro meio, ou em táxi dog ou em carro particular, não pode ser colocado no ônibus, assim como também animais com doenças transmissíveis. Esse cuidado deve-se ter na regulamentação. Claro que o projeto não pode determinar o que o Executivo deve regulamentar, mas são propostas que devem ser construídas com quem entende da causa, porque, às vezes, parece que causa animal é o cãozinho amigo da família. Não, a causa animal envolve problemas sociais, problemas de doenças transmissíveis e muito mais, principalmente a grande circulação de animais pelas ruas da periferia. Agora mesmo temos a chamada da Vila dos Papeleiros, com 60 animais, então queremos dizer que gostamos dos nossos mascotes, mas a vida na causa animal não é só de mascotes; é muito mais. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCL nº 026/13.

O SR. DR. THIAGO: Sra. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, primeiro quero destacar, Ver. Marcelo Sgarbossa, o que já falei, pois subi a esta tribuna para falar, já algumas vezes, da questão da prejudicialidade. O Ver. Bernardino Vendruscolo tem um projeto assinado com alguns outros Vereadores, inclusive comigo, e está aberto para ser assinado por mais Vereadores, no sentido de que possamos também incluir nas prejudicialidades os projetos do Executivo. Então, ficam os projetos do Executivo também sujeitos aos critérios temporais de prejudicialidade. Por isso, em 2013, por solicitação do então Vice-Presidente da Casa, Ver. Bernardino Vendruscolo, foi colocado, no Protocolo-Geral, o aparelho que detecta e protocola digitalmente o horário em que os projetos foram protocolados, para exatamente se ter o critério temporal importante para decretar a prejudicialidade. Eu acho que a Câmara está um pouco atrasada no sentido de haver um consenso, um acordo, Ver. Marcelo Sgarbossa, um acordo total dos Vereadores de que isso é importante para a Casa, e de votar o projeto da prejudicialidade, para que não volte a acontecer esse tipo de coisa. Já aconteceu num projeto meu, já aconteceu num projeto do Ver. Bernardino, já aconteceu num projeto do Ver. Idenir Cecchim, já aconteceu num projeto da Ver.^a Sofia, já aconteceu num projeto da Ver.^a Lourdes, enfim, de diversos Vereadores. É importante que nós enfrentemos este tema.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado. Vossa Excelência cita – e eu só quero reforçar nesse sentido – que hoje os nossos regramentos consideram prejudicialidade nos projetos do Legislativo; o que nos falta é colocar nos projetos de competência do Executivo. E nesse sentido, no projeto que está tramitando, esta semana estava observando, ainda, talvez a gente tenha que colocar uma emenda, porque, digamos que num projeto maior, lá dentro possa ter algum assunto que contemple um projeto menor. Neste sentido me parece que o nosso projeto ainda está precisando de um reparo, mas é para valorizar a Casa e valorizar os Vereadores, independente de serem eles da oposição ou da situação, pois, quando o Executivo enxerga também essa possibilidade, é porque teve um trabalho parlamentar antes que justificou, ajudou a amadurecer a ideia.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Ver. Bernardino, é exatamente isso. E tem uma coisa que ainda agrava isso, Ver. Marcelo, é que está no nosso Regimento “excepcionalizada a questão do Executivo”, então só não terão prejudicialidade os projetos do Executivo, e isso está escrito no Regimento. Nós temos que retirar isso! Bom, essa é a primeira coisa. A segunda coisa, Ver. Marcelo – veja só como são as coisas –, é que, para o seu projeto, o senhor precisa de 19 votos, maioria absoluta dos Vereadores. O que foi dito aqui pela Procuradoria e pelos órgãos de controle é que o do Executivo precisa só de maioria simples. São pesos diferentes para uma medida! Então nós temos que, realmente, rever isso, e acho que é urgente, independentemente de quem é situação e quem é oposição. Eu sei que isso aqui foi modificado na gestão em que o partido de V. Exa. era da Prefeitura, e, agora, quando é o meu, estou dizendo que é errado, estou sendo bem claro e bem franco. Acho que precisamos fazer essa análise, independentemente de quem esteja no Executivo, porque, para a independência da Casa, isso é importante. Agora, com relação à matéria do projeto, Ver.^a Lourdes, eu quero lhe dar os parabéns. Esta é exatamente a minha dúvida: o animal pode estar vacinado e pode estar doente – é importante que se saiba disso –, e aí nós precisamos saber de que forma nós não vamos estar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Ver. Dr. Thiago prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Bernardino Vendruscolo.

O SR. DR. THIAGO: Muito obrigado, Ver. Bernardino. Então essa também é minha preocupação. Tenho o maior apreço pelos animais, sou um subordinado da Ver.^a Lourdes no que se refere à questão da causa animal, porque ela é a douta nessa matéria, aqui, na nossa linha, mas, realmente, essa interface com a saúde humana me preocupa profundamente. O animal pode estar vacinado e pode estar doente, pode – desculpem o termo, mas terei que utilizar – vomitar no ônibus, pode fazer as suas necessidades fisiológicas no ônibus, pode morder alguém – mesmo que esteja acondicionado dentro de uma caixa própria para isso –, pode não ser um animal sociável, como V. Exa. colocou. Então, realmente, nos preocupa muito essa questão dos animais e, principalmente, a

regulamentação que se possa fazer a partir disso. Acho que o Ver. Marcelo pode nos esclarecer nos encaminhamentos como podemos mudar isso. Claro que é importante, porque em Porto Alegre, às vezes, as viagens duram mais de uma hora. Imagina o indivíduo vir da Restinga até o Centro da Cidade com um animal doente, vomitando, defecando dentro do ônibus! Pelos horários que o Ver. Janta colocou aqui, não serão no maior pico, mas terão pessoas no ônibus. Eu fui discutir esse projeto com a comunidade, e me agrada muito mais a saída do Ver. Paulinho, que é caracterizado pela cordialidade, pelo bom senso. Como ele não está mais na posição de motorista, está Vereador, posso dizer que muitas vezes ele deu carona às pessoas com cachorro desde que o ônibus não estivesse cheio. Então me acalenta muito mais o bom senso dos profissionais que trabalham como motoristas e cobradores do que propriamente uma lei para regular esse processo. Mas quero escutar, sem dúvida nenhuma, o Ver. Marcelo Sgarbossa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 026/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, não tenho dúvida de que a iniciativa do Ver. Marcelo parte de uma necessidade da população, porque hoje é comum ter um animal doméstico. Acho importante todo o trabalho, toda a conscientização que os movimentos fazem para a não violência contra o animal e, principalmente, para o controle da procriação através da castração, as vacinas, a adoção de animais abandonados. Isso traz uma exigência nova. Eu diria que esse tema é contemporâneo, Ver. Marcelo. É óbvio que esse tema se choca com um problema sério da oferta de transporte público, em especial no horário de pique. Então, isso está solucionado por emendas. Parece bastante razoável que se utilize o ônibus em outros horários para situações de deslocamento de animais. Acho que pouquíssimas pessoas têm condições de ficar pagando táxi para esse tipo de questão. Normalmente, a maioria da população paga táxi em situações de emergência e de necessidade extrema; não cabe na cesta do trabalhador.

O que me parece é que está muito bem construído, no debate, com as emendas, e depois vai ser possível discutir uma a uma. O que eu acho apenas, e quero também me referir a isso, é que não é a questão da legalidade, porque eu concordo com os Vereadores que disseram, mas é sobre o tema da precedência.

Eu quero falar sobre a questão da autonomia e da harmonia entre os poderes. Eu não consigo compreender por que o Executivo apresenta um projeto de lei na sequência da apresentação de um projeto de Vereador, divulgado, inclusive, na imprensa; sabedor o Executivo, que era, de que o Vereador já tomou a iniciativa. Eu gostaria de entender, Ver. Alex, qual é a visão que o Executivo tem sobre este Legislativo. Acho isso absolutamente desrespeitoso, é um acinte com esta Casa! E não é a primeira situação. Não venham me dizer que é uma situação de fundo, porque com um dos projetos em que trabalhamos aconteceu isso, foi o projeto de regulamentação do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança. Eu apresentei uma lei bastante complexa, discutida com técnicos, boa, um texto ótimo, e o Executivo apresentou a sua depois. Obviamente, aprovou a sua, porque tem maioria nesta Casa e queria que o impacto de vizinhança incidisse sobre muito menos questões do que as que eu propus. Não sei se a Ver.^a Fernanda lembra desse tema, do impacto de vizinhança. Nós não temos ainda, nesta Cidade, resultado, visão e imposição do Executivo – nenhuma situação, gostaria de ser desmentida –, em que fosse exigido e aplicado, previamente, um Estudo de Impacto de Vizinhança. A população pedindo para que se tenha avaliação do impacto de uma construção de um projeto em relação à sua vida, à sua harmonia, ao seu verde, impacto urbano e tal.

Essa situação do Estudo de Impacto de Vizinhança foi um exemplo de que o Executivo disputava uma visão do uso desse instrumento. Não acha que tenha que avaliar a vizinhança, tanto que o projeto aqui, ao lado do Museu Júlio de Castilhos, vai tapar todas as áreas de serviço dos moradores ao lado e vai dar sombra em todo Museu Júlio de Castilhos; o Executivo não acha isso problema.

Bom, nesse caso do transporte de pequenos animais, qual é a discordância do Executivo? Ver.^a Lourdes, não tem por que o projeto é igual ou quase igual. Então, é inaceitável esse desrespeito com o Legislativo.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 026/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sra. Presidente, Ver.^a Jussara Cony, que é a nossa Vereadora decana, junto ao Ver. Pujol – bem mais jovem, mas decana pelo tempo de Vereadora; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acho que este projeto já tem muita discussão em cima de quem entrou antes. Está parecido com o ovo e a galinha: quem chegou antes. Em alguns detalhes até o Ver. Marcelo pode ter chegado antes, mas as emendas do Ver. Marcelo vieram depois do projeto da Prefeitura; quer dizer, um copiou o outro, Ver.^a Sofia, ou não. Um copiou o outro, ou não! Há vozes que espalham à desídia, Ver. Marcelo, que dizem que V. Exa. já recebeu uma cópia um pouquinho antes, de lá de dentro do Executivo. Eu não acredito nisso, mas estão dizendo! Então, como é pouca a diferença, um mês ou dois, deram uma cópia a ele. Independente da autoria, Ver. Villela, esse transporte de animais dentro dos ônibus... Eu sou cachorro. Eu nasci na roça, literalmente na roça; não ia aos fins de semana ao sítio, eu nasci lá, nasci no meio dos bichos, trabalhei, tirei leite com a mão; eu cuidei de bicho, alimentei porcos, animais, vacas, tudo... E eu gosto de animais. Agora, isso é uma coisa, Ver. Janta; outra coisa é carregar um bicho doente, porque, quando o bicho está doente, se você mexer com ele, botar no meio dos humanos, ele fica bravo, é natural. Até nós, quando estamos doentes, se mexerem conosco, quiserem nos transportar meio abruptamente, nós ficamos nervosos também. Eu acho que deve haver muito cuidado com isso.

A Ver.^a Lourdes tem uma emenda muito interessante que diz que, se o bicho estiver doente, se ele estiver com uma moléstia ou com uma série de coisas não pode – eu acho que isso está certo. Nós temos que ter muito cuidado em votar uma coisa dessas. Imaginem vir da Restinga até aqui, o Centro, ou até a Vila Nova, ou até a Cavallhada, ou que seja somente uma quadra, se o bicho estiver vomitando, se estiver doente, e 30 ou 40 passageiros se indisputarem com isso. Eu até acho que fica perigoso para o próprio animal. Acho que nós temos que proteger os animais, não somente transportando e obrigando a transportá-los, Ver.^a Sofia.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, eu fico com uma dúvida, e eu sei que V. Exa. talvez não saiba. O meu filho

levou dois gatinhos para castrar, e ele me contou que eles saíram berrando de casa, com caixinha e tudo, no carro, berravam como doidos, de medo. Então eu não sei como se lida com isso. Eu gostaria que quem tem mais... Estavam no carro, não estavam num ônibus, mas os gatinhos, com muito medo, insegurança, berravam alucinados. Vocês imaginem isso dentro de um ônibus! Eu não sei, acho que isso é contornável.

O SR. IDENIR CECCHIM: Imaginem vir lá da Zona Norte, do Parque Santa Fé, do Sarandi, dentro de um ônibus lotado. Não dá! O projeto da Prefeitura tem horário, pelo menos; depois o Ver. Marcelo parece que adaptou o dele, também, com o projeto da Prefeitura.

A Sra. Lourdes Sprenger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, certamente este projeto é para aqueles animais considerados mascotes, e não os ariscos, os furiosos, porque um gato furioso escapar dentro de um ônibus traria risco às pessoas. Então, nós estamos tratando de mascotes, de animais de estimação para o transporte. Entendo que foi assim que a lei foi criada.

O SR. IDENIR CECCHIM: Por isso a senhora é considerada uma líder nesse setor e nessa causa, entende dos nossos bichinhos. Nós gostamos de levar mascotes no colo, no carro, a todos os lugares, mas parece que o projeto não esclarece bem isso. Então, precisamos tirar essas dúvidas.

Eu quero dizer que gostei pelo menos da sua emenda, que dá uma regrada. Gostei do discurso do Ver. Dr. Thiago de que tem de colocar algumas limitações. Acho que emendas ou projetos e a regulamentação são muito importantes. Para concluir, acho que temos de cuidar muito da regulamentação para que não transformemos uma lei ou projeto de lei de boas intenções numa coisa de muitas confusões. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCL nº 026/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCL nº 026/13, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o projeto do Executivo, Ver. Pujol, diz que autoriza o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte, acompanhado por seus responsáveis – esta é a íntegra. O nosso não; o nosso altera. Como é a ementa do nosso? Inclui a Seção X-A na Lei Complementar. Existe a Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012, que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema. Então, a nossa foi feita com base numa consulta legislativa, existe uma Lei Complementar que disciplina toda a questão animal no Município de Porto Alegre. É uma Lei Complementar e é ali que nós temos que incluir o capítulo do transporte, para quando alguém for consultar algo sobre os animais, consultar ali na legislação que trata dos animais em Porto Alegre, que é uma Lei Complementar. Por isso a nossa é uma Lei Complementar, e o Executivo protocola aqui uma lei ordinária; nós entraremos numa discussão jurídica após a derrubada do nosso e da aprovação do projeto do Executivo – eu estou percebendo que é o que infelizmente acontecerá.

Em primeiro lugar, eu não consigo aqui encontrar a palavra, a Ver.^a Sofia usou aqui a palavra submissão – se não me engano foi isso – do Parlamento ao Executivo; eu diria muito mais do que isso. Eu nem comento aqui o que o Ver. Cecchim fez menção, de que nós teríamos recebido uma minuta semanas depois... Ele não me conhece, foi ao contrário: nós fomos à Secretaria Especial dos Direitos Animais, avisamos que teríamos esse projeto e pedimos apoio; então a Secretária Regina disse: “Que bom. Estamos pensando também em protocolar um projeto nesse sentido”. E nós saímos dali felizes, porque pensamos: já que o Executivo pensa como nós, esse projeto será aprovado.

Passam-se dois anos, e o que estamos prestes a ver? O nosso projeto, que está correto, ser derrubado; e o do Executivo, que está errado, ser aprovado. Desculpem-me, Vereadores da base do Governo, mesmo na guerra há uma ética: uma vez preso, não se mata o adversário; não se atira em civis. Pois, se vocês não aprovarem o nosso e aprovarem o do Executivo, não tenho como entender diferente do que uma quebra de um

patamar do acordo ético da disputa política, que é patrolar um Vereador da oposição. É difícil ter 19 votos para aprovar um projeto, não é fácil; nós, da oposição, somos apenas nove, mais alguns Vereadores independentes; é realmente difícil aprovar. Mas não tem problema, como eu já subi aqui na tribuna e falei em outros momentos, não tem problema. Agora, claro, nós não esquecemos, quem apanha não esquece, não no sentido vingativo, mas no sentido de que foi quebrado um patamar ético da disputa política.

Apenas um comentário aqui: alguns Vereadores subiram e perguntaram: e se o animal passar mal? Primeiro, estamos falando de animal de dez quilos, dentro de uma caixinha, é um *poodle*, não é uma fera, não é um tigre! Olha o que diz a nossa emenda: caso o animal passe a emitir ruídos excessivos e perturbadores, ou se houver a necessidade de higienização do recipiente durante o trajeto, o proprietário deverá descer na parada mais próxima. Termina ali! Deu um problema, vai durar mais 40 segundos o problema, talvez.

São Paulo acaba de aprovar; em outras cidades do Brasil já está em vigor; na Europa as pessoas andam com seus animais no colo, nem a caixinha têm, e vão a restaurantes... Tudo bem, não vejo problemas, mas que realmente quebramos um patamar mínimo da ética... Chegou um momento em que pensamos: o Executivo retira, nós retiramos e fazemos um projeto em conjunto. Aí reiniciaríamos toda a tramitação e seria eu cobrado pelas pessoas que estão impossibilitadas de transportar seus animais, justamente. Se o projeto do Executivo estivesse correto, ainda teria uma possibilidade, mas nem correto está! Deixo aqui o apelo; acho que ainda há uma chance de os Vereadores repensarem e não seguirem cegamente uma orientação ilegítima.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCL nº 026/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Esta emenda é importante, porque mostra que o Ver. Marcelo, ao ver que o Executivo entrou nesta Casa depois dele com um projeto de lei, procurou incorporar o que o Executivo trazia de diferenciado, que é o transporte seletivo. Acho que isso mostra que a única diferença que havia foi incorporada nesta lei. Em função, inclusive, de ter feito a observação ao aparte na fala do Ver. Cecchim sobre os gatos lá de casa, quero dizer que tenho três: a Suzi é uma gatinha que tem sete meses, é

pequeninha, branca e de fato miava de uma forma aterradora. Isso pode acontecer. Esta emenda prevê que, se houver esse tipo de comportamento do animal, o dono deve desembarcar. Primeiro, eu quero, aqui, dizer aos nobres colegas que não é só uma quebra de ética – acho que o Marcelo cobra nesse sentido. Eu cobro do Executivo – não sei se o Líder do Governo falará aqui – um comportamento de respeito ao Parlamento. De respeito! É o Executivo na relação com o Legislativo. Não há dificuldade de conteúdo, não há divergência de conteúdo do Executivo, e a prova é que o Executivo manda projeto autorizando o transporte de animais em ônibus. Portanto, por que o Executivo permanece com o seu projeto pronto para ser votado? Eu gostaria que os líderes do Governo viessem a esta tribuna explicar o que sustenta um projeto logo em seguida, de autoria do Executivo, com o mesmíssimo teor. Certamente não é para se expor, porque correria o risco de a Câmara aprovar o projeto do Marcelo e o seu ficar prejudicado. Primeiro: o Executivo, portanto, tem intenção de aprová-lo. Eu gostaria que viessem aqui e dissessem qual a razão de que não pode ser do Legislativo uma legislação como essa; segundo: mantém o projeto, mantém a afronta a este Legislativo. O fato de não retirar, de não dialogar, de não compor, de não estarmos todos juntos aqui numa construção é uma demonstração lamentável de falta de democracia, de falta de visão do que é a democracia brasileira por parte do Executivo. É lamentável! E acho, senhores, que agora é com o Ver. Marcelo, depois será com um de vocês. E o esvaziamento da atuação parlamentar, o enfrentamento que o Executivo faz, o enfrentamento que não é de conteúdo – repito –, é um enfrentamento de autoria, o Governo Municipal não admite que nesse tema tenha um outro protagonista que não ele ou ela, porque, enfim, a Secretária era Regina Becker, que hoje é Deputada. Mas isso é inaceitável, senhores, porque não estamos aqui tratando de relações pessoais, estamos tratando de democracia, de sistema de representação, de autonomia de poderes, estamos tratando de mandatos delegados pela população.

Então, eu quero, Ver. Marcelo, parabenizá-lo, através dessas emendas, por incorporar e elucidar que a única divergência que havia com o Governo é que os lotações seletivos não estavam incluídos. Quer dizer, não é uma divergência, é um detalhe, é um aditamento. Quero parabenizá-lo por incorporá-las e dizer a esta Casa que vamos votar pela autonomia dos poderes, pela capacidade e responsabilidade que o Parlamento tem de representar a população, ter autonomia, democratizar o poder na cidade de Porto Alegre. Quanto mais democratizado o poder, melhor para a democracia e para o Governo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCL nº 026/13. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz, a Emenda nº 02 ao PLCL nº 026/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Garcia, a Emenda nº 05 ao PLCL nº 026/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Em votação o PLCL nº 026/13. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 026/13.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Sr. Presidente, caros colegas, muito boa tarde. Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, agradecendo aos colegas Ver. Engº Comassetto, Ver.^a Sofia Cavedon, ao autor desse projeto, nosso Líder, Ver. Marcelo Sgarbossa, e ao nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, quero reforçar as palavras de profundo pesar pelo que estamos vendo nesse projeto.

Algumas vezes são temas simples, não são grandes temas que mobilizam multidões, mas é um tema simples que algumas questões éticas ficam mais claras, Ver. Idenir Cecchim, V. Exa. que sempre é muito preocupado com esse assunto. O que nós estamos assistindo nada mais é do que a um plágio. Na academia, isso inclusive fere lei sobre direitos autorais. Na política, obviamente, não se trata de direitos autorais, mas se trata de ética. Infelizmente, a primeira-dama deste Município, a Sra. Fortunati, junto com o Prefeito e o Vice-Prefeito Sebastião Melo, grande mestre da base desta Casa, roubou o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, os dois copiaram e colaram, apresentaram-no depois e não vão deixar que o projeto dele seja aprovado. O nosso Vice-Prefeito Sebastião Melo já “operou”, como se diz aqui, para a sua base derrotar, simplesmente porque é um projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa. Acho estranho, Ver. Sgarbossa, que tem gente que fala tanto em respeito aos animais, mas não é capaz de respeitar o ser humano; fala tanto em direito dos animais, em respeito aos animais, aos *pets* – cachorros, gatos, todos os outros

pág. 40

bichos –, mas o ser humano, só porque é de outro partido, não é respeitado. Tem a cara de pau, a desfaçatez de roubar o projeto de um Vereador, protocolar e mandar a base aprová-lo – isso fizeram o Sr. Sebastião Melo e o Sr. Fortunati! Fico realmente triste, acho que estamos retrocedendo aqui em Porto Alegre para o tempo do coronelismo. A gente fala muito do sertão nordestino, o Rio Grande do Sul adora falar negativamente da política do Nordeste, mas aqui estamos começando a reproduzir esse tipo de prática, onde há assuntos com donos, e ninguém mais pode mexer; se for do outro partido, tem que ser derrotado. Lá na periferia chamam isso de caradura. Na caradura – linguagem popular – copiam o projeto de um Vereador desta Casa, protocolam e não ficam nem com vergonha. Acho que realmente é um problema de ética, que nós temos discutido tanto aqui, mas a ética se manifesta de várias formas: na conduta do dia a dia, como tratamos os assuntos. Nós estamos simplesmente tratando aqui do projeto de um Vereador que não recebeu nenhuma objeção de mérito até o momento, não recebeu nenhuma opinião contrária, mas sabemos que o Executivo determinou, através das relações que mantém aqui com a sua base, a rejeição deste projeto.

É um momento triste, um momento que realmente tem que nos fazer refletir sobre a atual Administração e os seus parâmetros. Aquela história de fazer o melhor para Porto Alegre, que o Prefeito fala, que não são mais os partidos, mas o que é melhor para as pessoas da nova política... Cadê a nova política quando se copia o projeto de um colega e se protocola aqui?! Acho que isso é a velha política e exercida da pior forma; é o que estamos assistindo aqui do Sr. Prefeito Fortunati – em nome e defendendo a primeira-dama –, e do Sr. Sebastião Melo, que, infelizmente, é o grande artífice no dia de hoje. É um momento de tristeza ver isso, mas sobre o seu projeto, Ver. Marcelo, estaremos firmes, lutando pelo mérito que ele tem.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 026/13, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Eu acho que na política não basta só dar sorrisos e dizer que está aberto ao diálogo, um diálogo que não leva a lugar algum. O que eu quero dizer com isso? Há um mês, mais ou menos, o Vice-Prefeito Sebastião Melo convidou-me

para conversar sobre esse projeto lá na Prefeitura. Estava o Vanderlei Cappellari, estava a SEDA representada, o Gil estava lá, e era constrangedor para o Vice-Prefeito ter que patrolar um Vereador. Quando senti que havia esse constrangimento, fiquei esperançoso de que esse constrangimento chegaria ao Prefeito, chegaria à mulher do Prefeito, que é quem está dando as cartas. Desculpem-me, eu tenho uma relação com a Regina, eu fui pedir o apoio da Regina para este projeto, e ela disse: “Nós também tivemos essa ideia”. Eu disse: “Que bom, que bom, Secretária”. Isso foi no dia 26 de abril de 2013, numa agenda com ela para tratar de um brechó e do pedido de apoio ao projeto de transporte de animais.

Vejam, se os Vereadores que votarem contra o nosso projeto também votarem contra o projeto do Executivo, eles terão coerência: são contra o transporte de animais no transporte coletivo de Porto Alegre. Aí discordo, porque São Paulo está fazendo; a Europa quase toda faz; o Brasil, em muitas cidades, faz – Santos, Fortaleza –, não tem problema nenhum. Alguém sabe de caso de animal de 10 quilos, dentro de uma caixa, que tenha causado algum incômodo, atacado alguma pessoa? Não há notícia nenhuma, e são leis que já estão em vigor há muito tempo. Então, se votarem contra o nosso e contra o do Executivo, discordo, mas entendo. Quem votar contra o nosso e a favor do projeto do Executivo, aí me desculpem, está de joelho. Está de joelho acima do nosso mandato, está pisando no nosso mandato. Não foi nenhuma grande ideia nossa, foi uma demanda de pessoas que relataram esse caso para nós, e aí surgiu o projeto de lei. Então não adianta dialogar. O Vice-Prefeito fez o esforço – não vou duvidar que tenha feito –, consultou o Prefeito, mas a orientação continua a mesma. Vejam que não é nem o caso – nós cogitamos isto – de abrir mão do nosso projeto, retirar o do Executivo e protocolar um junto, retomando a tramitação do início, o que seria um problema – é a primeira questão. Não ter a dignidade de admitir que o projeto está errado vai criar uma lei esparsa. Como uma lei ordinária vai revogar uma lei complementar? Nós fizemos o caminho mais difícil. Ninguém gosta de mudar lei complementar, porque precisa dos 19 votos, sendo mais difícil. Eu também teria feito uma lei ordinária, mas não é o caso. Estamos tratando aqui de mudar a Lei Complementar nº 694, que trata da criação, da comercialização e do transporte dos animais. Então vamos seguir assim.

Eu quero verificar a coerência dos nobres Pares, se conseguem rejeitar o nosso e rejeitar o do Executivo. A nossa Bancada vai discutir, mas eu sou tendente a votar a favor do

projeto do Executivo, porque quero o transporte de animais nos ônibus da Cidade. Agora, é só isto o que eu peço: sigam coerentes, no meu e no do Executivo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 026/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu até não iria encaminhar, porque a nossa especialista em direitos dos animais aqui é a Ver.^a Lourdes Sprenger, mas me atrevi a fazer este encaminhamento, Ver. Nereu, até para um consolo ao Ver. Alberto e ao Ver. Sgarbossa. Que eles aproveitem essa base coesa para mandar um filmezinho daqui para a Presidente Dilma, para construir uma base lá também. Não nos culpem se aqui votamos a favor do Governo, e, lá em Brasília, a maioria – o meu Partido, inclusive – já está votando contra, mesmo sendo da base. Então acho que já tem um consolo. Claro que vou votar com a base a que pertenço, sempre votei com ela, senão eu não seria base do Governo. Voto no projeto. O Ver. Sebastião Melo nunca falou sobre isso comigo, nem eu falei com ele, nem com o Prefeito, nem com nenhum secretário. Estudei pouco sobre isso, mas o suficiente para ter a minha opinião. Acho que não desmerece e nem merece mais nem menos. Acho que o Vereador teve uma ideia, são 36 Vereadores que podem até optar por um projeto igual! E isso não é ser patrolado, isso é ter compromisso! Isso é ter respeito também com as coisas e com as pessoas em quem eu acredito. O Ver. Sgarbossa é quase conterrâneo meu de Ibiraiaras, que, em tupi-guarani, quer dizer rainha das matas e, se espichar um pouquinho, também é rainha dos bichos! Então não temos problema em rejeitar ou aprovar uma emenda. Aprovamos uma emenda do Ver. Janta muito boa. Pode ser que se aprove ou não o projeto, mas sem patrola! Ninguém falou comigo para aprovar ou não aprovar! E vou votar de acordo. Posso até sofrer alguma pressão, mas não sou patrolado! Quero assegurar que ninguém falou para aprovar ou não o projeto. Vou votar de acordo com o que eu acho certo. Se eu não votar no projeto do Ver. Sgarbossa, eu não estou faltando com o respeito a ele. Eu já votei a favor e contra. Ele já votou a favor e contra alguns projetos meus. Nunca vou reclamar disso de nenhum colega! Vocês não vão me ver reclamar de um colega por ter votado contra um projeto meu. Também não vou chamar de falta de respeito. Então, eu e

o Ver. Alberto, volta e meia, fizemos discursos, um chamando pelo nome do outro, mas temos o maior respeito, não tem nenhuma falta de respeito. Acho que tem que mudar um pouco isso: “se tu és a favor, tu és bom; se tu és contra, não prestas!” Não é assim. Eu costumo dizer sempre, lá na rua, quando alguém reclama dos Vereadores ou da intelectualidade dos Vereadores, eu digo: “Não se esqueçam que o mais burrinho deles é Vereador de Porto Alegre”. Então, tenham respeito por todos. E nós temos que começar a ter respeito por nós mesmos, aqui, um com o outro, e não dizer que, se vota a favor, é bom, e se vota contra, não é bom. Eu acho que aqui há 36 líderes que têm o direito e o peso do voto igualmente. Então, é isso que eu peço, respeitem o peso do voto de cada um e a consciência de cada um, e o motivo por que cada um vota cada projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 026/13, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Bom, diante da fala do Ver. Cecchim, encaminho aqui pela oposição e espero que represente os partidos do PCdoB, PSOL e PT. Nós não estamos aqui, de fato, crucificando os Vereadores. A crucificação de Jesus Cristo mostrou-se injusta. A nossa crítica, senhores, é ao Executivo. Eu subi duas vezes aqui, vocês sabem que eu não gosto de vir à tribuna e pedir para o representante do Executivo... Ver. Paulo Brum, eu pedi... Não pedi? É verdade. Não solicitei ao representante do Executivo que viesse a esta tribuna. O Executivo tem Líder do Governo, Ver. Marcelo. Então que o Governo dissesse por que mantém um projeto idêntico ao do Vereador. Eu estou pedindo, em nome da oposição, uma explicação para que a oposição não tenha que entender que é um acinte, um desaforo com o Legislativo e com o Vereador! Há uma cópia, é plágio, é desrespeitoso, Ver. Garcia!

(Aparte antirregimental do Ver. Professor Garcia.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não, a situação não, mas eu compreendo o problema dos Vereadores que têm que escolher entre derrotar um projeto do Executivo em relação ao

Legislativo. Na prática, votar no projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa é terminar com a tramitação do Executivo. Então, não falo com os senhores e com as senhoras – Ver.^a Lourdes, Ver.^a Mônica –, eu falo com a representação do Executivo. Por que mantém um projeto de lei de idêntico teor ao projeto de lei do Ver. Sgarbossa? E entrou depois. Por que não respeitam a autoria? Por que não respeitam este Parlamento? Por que colocam a sua base em cheque? O que é tão vital e tão importante num projeto como esse? Se fosse disputa da riqueza da terra aqui em Porto Alegre, eu compreenderia, porque eu conheço o perfil do Governo. Se fosse Estudo de Impacto de Vizinhança, se fossem outros projetos que estão por aí, agora, esse é vaidade! É disputa de autoria do tema dos animais, em nome da ex-primeira-dama, era ela que assinava, ela era Secretária. É isso? Não é aceitável que o Executivo se comporte dessa maneira, e não é um problema pessoal, não é um problema com o Ver. Marcelo. É nisso que eu insisto, é um problema de República, de democracia, de legislação. É um problema de Constituição. É um problema de sentido do Parlamento. É um problema dos Poderes harmônicos e independentes entre si. Onde está a harmonia, se o Governo se impõe num tema que tem pleno acordo? Não é capaz de dizer: “O Parlamento entrou com a iniciativa, que beleza. Nós concordamos, vamos regulamentar, entendemos que tem esse problema e tem aquele outro”.

Então, eu quero deixar muito claro isso: é uma sinuca de bico que a base do Governo coloca, mais uma vez, nesta Casa, mas, desta vez, não tem disputa de fundo, não tem discordância de conteúdo! Não tem divergência! Então, é, sim, uma imposição do Executivo sobre o Legislativo. Aí resta a este Legislativo dizer se concorda com essa postura, se concorda com a imposição do Executivo sobre o Legislativo. Insisto, Ver. Marcelo: não tem divergência de mérito! É pura e simples disputa do Executivo em relação ao protagonismo que está vinculado a uma Deputada Estadual. E eu não quero ser deselegante, mas eu encerro dizendo...

(Aparte antirregimental do Ver. Professor Garcia.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Já falei da ex-Secretária Regina Becker duas ou três vezes. A eleição de Deputada não é pela temática pura e simples, é uma temática importante, Ver.^a Lourdes, mas o peso de R\$ 1,5 milhão de financiamento de campanha, de

empresas que trabalham em Porto Alegre em muitas obras do Governo, tenho certeza de que foi mais importante do que a luta pelos animais. Eu acho que o Executivo não deveria se expor tanto assim, disputando, neste plenário, esse protagonismo.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Engº Comassetto (Requerimento): Sr. Presidente, no nosso Regimento, art. 195, § 1º (Lê.): “Quando projeto de autoria do Poder Executivo tratar da mesma matéria de proposição de autoria de Vereador, Comissão ou Mesa, não haverá declaração de prejudicialidade, entretanto deverá ser dado conhecimento da situação à Liderança da Bancada do Partido do Governo, com sugestões de encaminhamento objetivando concentrar o mesmo assunto em um único expediente.” Eu solicito que me respondam se foi feito esse encaminhamento à Liderança da Bancada do Partido do Governo, como diz o Regimento, para que ele pudesse proceder a essa unificação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Dia 27 de agosto de 2013: “Informamos que há projeto de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, PLCL nº 026/13, que trata do mesmo objeto do presente projeto. Em sintonia, como determina o art. 195, § 1º, do Regimento da Câmara Municipal, o projeto do Executivo poderá tramitar”. Assinado pelo Sr. Sandro, no período de afastamento de férias do Diretor Legislativo, Sr. Luiz Afonso de Melo Peres.

O Sr. Engº Comassetto: Então nós gostaríamos de saber qual foi a resposta do Líder do Governo, objetivando o que diz o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): “Solicitamos a tramitação do Projeto de Lei do Executivo nº 027/13. Dia 4 de setembro de 2013. Assina o Líder do Governo, Ver. Airto Ferronato.”

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Desculpe-me, Sr. Presidente, estou pegando o gancho do Ver. Engº Comassetto. Além da ciência, se requer alguma providência no sentido de procurar o Vereador, entretanto, deverá ser dado conhecimento da situação à liderança – o que entendemos, foi feito –, com sugestões e encaminhamentos, objetivando concentrar o mesmo assunto em um único expediente, coisa que, no meu entendimento, nunca foi

feita, sequer fui procurado. O Governo foi notificado, está ali a notificação, mas essa notificação tem um objetivo, que é concentrar o mesmo assunto em um único expediente.

O Sr. Airto Ferronato: Não há, no Regimento, nada que diga que é indispensável consolidar num documento único. Não existe isso. Quanto a posições de tentar entendimento, o Ver. Marcelo Sgarbossa sabe quantas vezes nós conversamos sobre isso. Todas as vezes, inclusive na semana passada, quando ele me procurou dizendo que não poderia estar aqui, porque defenderia uma tese na UFRGS. Nós dois combinamos, e eu, enquanto Líder do Governo, autorizei e pedi para que se votasse favorável à proposta e ao pedido do Ver. Marcelo Sgarbossa. Jamais, ele disse que gostaria de fazer um documento único. Por sinal, nunca se manifestou e foi o que aconteceu.

O Sr. Engº Comassetto: Muito bem. Eu só gostaria de perguntar ao Líder do Governo, Ver. Airto Ferronato, porque é dito com muita clareza “com sugestões de encaminhamento objetivando concentrar o mesmo assunto...”, se ele tem algum impedimento de fazer essa busca, de concentrar os dois assuntos num único projeto. Como foi dito que nenhum falou com o outro, vejo que sempre há tempo. Quero saber se existe essa disposição do Líder do Governo. Muito obrigado.

A Sra. Sofia Cavedon (Questão de Ordem): Vereador-Presidente, considerando as observações que levantam, tanto o Ver. Marcelo quanto o Ver. Comassetto, com base no Regimento, pergunto se é possível solicitar o adiamento da votação, colocar um requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Não é mais possível, porque já iniciamos o processo de votação, já foram votadas as emendas.

A Sra. Sofia Cavedon: Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, o PLCL nº 026/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Vou fazer um Requerimento para ser encaminhado à CCJ. É uma consulta com relação ao quórum para aprovação ou rejeição do projeto, diante da licença da Ver.^a Sefora Gomes Mota. Deixo aqui protocolado o pedido.

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, um esclarecimento: qual é o Requerimento em relação à Ver.^a Sefora Gomes Mota?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa solicita consulta à CCJ sobre o quórum para aprovação do PLCL nº 026/13, na Sessão desta data, diante da ausência de uma Vereadora licenciada para tratamento médico.

O Sr. Reginaldo Pujol: Não precisa nem consultar!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Vamos mandar para a CCJ, mas nada interfere no pleito, até mesmo pela quantidade de votos alcançada pelo projeto. Segue o trâmite normal, mas encaminharemos.

Em discussão o PLE nº 027/13.

A Sra. Sofia Cavedon: Presidente, considero que este tema anunciado por V. Exa. é um tema recém avaliado pela Câmara, que tem posição contrária sobre ele. É um tema já avaliado e rejeitado, então gostaria de solicitar que ele fosse considerado um tema nulo para este ano. Este plenário já se manifestou sobre o assunto. Por que vamos nos manifestar em dois momentos sobre o assunto?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Não há nenhuma prejudicialidade quanto ao projeto, portanto ele tem que ser votado.

A Sra. Sofia Cavedon: Desculpe, Presidente, sei que é para além do que está previsto no Regimento. Acho que é um tema bom para a nossa Procuradoria da Casa, pois há cinco minutos o pleno desta Casa, autoridade máxima da Câmara de Vereadores, rejeitou

o conteúdo do projeto, que mais uma vez é colocado para avaliação na sequência. Vamos formular o questionamento dessa possibilidade regimental.

O Sr. Nereu D'Avila: Há uma única possibilidade que seria de apreciação, se fossem conseguidos 18 votos, e não os 19 dos 36. Nessa possibilidade, poderia ser considerado, porque realmente o quórum hoje, sem uma Vereadora... Mas foram 10 votos, de modo que acho que essa situação está encerrada. Evidente que, se houver um Requerimento para a CCJ, apreciaremos com muito gosto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver.^a Sofia, segundo o Regimento, não há nada que nos impeça. Se a senhora quiser apresentar um Requerimento, deve ser embasado em algum artigo do Regimento para que a gente possa encaminhar.
O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

O SR. DR. THIAGO: Eu vou suscitar aqui algumas coisas que já falei anteriormente, outras que vou agregar ao longo desta fala. A primeira coisa é a questão da prejudicialidade, Ver. Marcelo Sgarbossa, e Ver.^a Sofia, que me ouve com tanta atenção. Nós temos que sair da nossa zona de conforto, como diria o finado Fernandão, Prof. Garcia! Nós temos que sair da nossa zona de conforto! Nós temos que enfrentar esse tema, quebrar as amarras! Nós temos que dizer que há prejudicialidade, sim, quando o projeto vem do Executivo e é sobre o mesmo objeto do Vereador. Ponto um.
Ponto dois. Volto a dizer, Ver.^a Lourdes Sprenger, no outro projeto realmente fiquei em dúvida e preocupado com o seu final, Ver. Marcelo, e por isso a minha posição de inclusive ter me absterido da votação, porque não foi aprovada a emenda da Ver.^a Lourdes Sprenger que fala – e ela volta a apresentar essa emenda neste projeto – que animais em situação de risco devem ser sede de uma legislação complementar. De novo, Ver. Reginaldo Pujol: como virá o gato, o cachorro bravo; como virá o gato, o cachorro doente dentro do ônibus, dentro de um recipiente, lá da Restinga até o Centro da Cidade, fazendo necessidades, por vezes vomitando? E quem vai avaliar isso? O motorista do ônibus? Não é da competência dele fazer isso, com todo o carinho que temos pelo senhor, Ver. Paulinho Motorista. Não é da competência dele fazer isso!

Terceira questão. Venho questionar aqui na tribuna – o Ver. Bernardino alertou com muita cautela isso: nós estamos trabalhando com 35 Vereadores. Esse não é o número de Vereadores eleitos: 36 Vereadores. Nós não estamos com o quórum que prega a Justiça eleitoral, 36 Vereadores. Se algum Vereador porventura está em licença, Ver. Paulo Brum, isso tem que constar no nosso plenário. Nós não podemos trabalhar com 35 Vereadores.

Para terminar, eu acho bastante plausível essa colocação da Ver.^a Sofia Cavedon. Se a matéria já foi analisada nesta Sessão Legislativa, nós temos, realmente, que observar a questão da reanálise da mesma matéria, ainda mais em função da similitude que ambos projetos têm. Mas volto a dizer que todos esses problemas, Ver. Alex, vêm de um problema de origem. O termo não é bem esse, mas vou usar um termo muito empregado: vício de origem. Qual é o vício de origem? É de que não há prejudicialidade nos projetos do Executivo. Nós temos que colocar um fim nisso, temos que realmente reformular o nosso Regimento e sair da nossa zona de conforto. Isso é também uma mea-culpa que cada um de nós precisa fazer para agilizar o projeto do Ver. Bernardino, para que possamos aprovar num curto espaço de tempo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; caro colega Alberto, por quem tenho o maior carinho dentro deste Plenário já que nos conhecemos há bastante tempo; quero te fazer um convite, na verdade. Eu acho que, independente de Governo, situação ou oposição, a gente tem que valorizar o que é bom, o que é positivo. Quero te convidar a conhecer a SEDA. Já foste à SEDA alguma vez? Já conhecestes a Secretaria?

(Aparte antirregimental.)

O SR. RODRIGO MARONI: Eu também não tenho, mas quero te dizer que, independente de qualquer coisa, é uma referência que há hoje em várias cidades. Hoje, várias cidades

têm na SEDA uma grande referência. Obviamente, há problemas; o orçamento da SEDA é 0,10%. Esses dias eu estava pensando, mesmo que fosse todo o orçamento... porque as pessoas têm a tendência de transferir as suas frustrações pessoais para a política – tu sabes bem disso, tu pagas o preço, por exemplo, de ter que defender o Governo Federal aqui. Eu quero me referir a isso dizendo que temos que reconhecer as coisas boas. Na semana retrasada, eu estive na Bandeirantes, falando das coisas boas do Governo da Presidente Dilma, junto com o colega Jeferson, que é Deputado Estadual. Eu acho que, independentemente do mérito do projeto – falei isso para o Ver. Marcelo Sgarbossa, a quem eu admiro profundamente na política, porque é um cara linear, ético, inclusive tenho vários amigos meus que votaram no Marcelo Sgarbossa –, o importante hoje é viabilizar que o projeto seja aprovado, que aconteça de fato. Eu sou um defensor da causa, assim como outros Vereadores aqui dentro, recebo diariamente diversas ligações de pessoas que não têm condições de carregar os seus animais até a SEDA, até a UFRGS, até uma *pet shop* ou alguma veterinária. Há várias pessoas que não têm dinheiro para a consulta. Hoje nós temos a Secretaria que atende, com problemas, mas tem. Hoje, 99% dos municípios do Brasil não têm uma Secretaria que atenda os animais. Então, eu acho muito ruim tu criticares o que existe, mesmo com problemas, porque é impossível que vá ser ideal. Impossível, Alberto! Entendeste? Tu defendes a tua família como ideal; tua mãe e teu pai são ideais? Não são, cara! A gente é humano, entendes? Tem problema, sempre vai ter coisa a melhorar.

Acho que é fundamental aprovar o projeto. Vou votar a favor do projeto, vou votar a favor do mesmo projeto, vou votar para que seja viabilizado. Inclusive te cedo a palavra para falares. Com relação à questão, hoje é um transporte clandestino, Ver. Villela: muitas protetoras ou quem tem animais levam os bichos na mochila, dopados, porque não têm como levar. Então, é importante que seja aprovado esse projeto do transporte, independentemente do mérito.

Eu vou dizer uma coisa para ti, Alberto, abertamente: se eu apresentar um projeto bom, tu apresentares um projeto bom, se for para viabilizar, eu retiro e aprovo o teu. Sabes por quê? Porque eu acho que hoje na política, lamentavelmente, há uma disputa muito grande de vaidade! E eu vou dizer uma coisa, cara, independentemente do mérito aqui, se há uma maioria e se há uma minoria, isso é da vida e é da democracia. Neste Parlamento aqui, cada um foi eleito com seus votos. Bom, agora tu vais querer ser

minoría e fazer maioria? É complexo. Então, eu acho que o mais importante é a política pública acontecer. Alberto, tu és um questionador, um cara que eu respeito e admiro. Eu acho que o mais importante é a política acontecer. Eu quero saber se tu vais votar agora favoravelmente ao projeto para que o ônibus tenha transporte de animais. Isso é fundamental! Cara, eu recebo de 20 a 30 ligações por dia no meu gabinete. São pessoas que não têm como levar animais. Prefeito Villela, o senhor, que é uma pessoa por quem tenho uma admiração pelo equilíbrio e pela sensatez, uma das pessoas, através das quais, eu tenho mais referência na política, eu citei V. Exa. dentre os cinco políticos de que eu tinha referência durante o programa de rádio. Para concluir, eu quero falar mais uma coisa: a maior parte das pessoas que têm animais domésticos ou animais de qualquer tipo são pessoas...

(Aparte antirregimental.)

O SR. RODRIGO MARONI: Alberto, eu não te reconheci por ser um cara gritão. Sempre te achei um cara respeitoso. Muitas vezes tu fazias, lá no movimento estudantil, acordos - a gente via - e tu nunca foste gritão assim.

Eu quero te dizer que as pessoas que hoje têm animais – eu aposto que tu, talvez, não tenha – são pessoas de baixa renda, são pessoas que não têm condições. Eu quero aprovar o projeto para que essas pessoas possam levar os seus animais, porque é muito mais fácil hoje tu doares um animal dentro de uma vila de periferia do que doar num bairro nobre. Essa é a realidade que a gente tem em Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Jussara Cony reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Ver.^a Jussara Cony, V. Exa. está na presidência, e o ambiente está...

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Um momentinho, Vereador. Eu vou recontar o seu tempo a partir do momento em que o decoro parlamentar estiver à altura deste Parlamento e do povo de Porto Alegre. Por favor! Ver. Idenir Cecchim, a palavra está com Vossa Excelência.

O SR. IDENIR CECCHIM: Muito obrigado, Presidente. Por isso que V. Exa. é respeitada aqui em Porto Alegre, no Rio Grande e no Brasil, pelas suas posições firmes e inteligentes.

Nós estamos numa discussão aqui, eu tinha dito para o Ver. Villela que se eu contasse para Dona Ângela, minha mãe, que nós passamos a tarde toda discutindo isso e que, depois, o ex-Presidente da Câmara, Ver. Dr. Thiago, nosso colega, inteligente também, muito inteligente, sobe à tribuna para questionar a falta de um Vereador no plenário, achando que isso poderia dar diferença em alguma votação... Ora, este tema de faltar um Vereador no plenário... Nós temos hoje, agora, só duas faltas; uma falta, um justificado e uma licenciada: três. Então, não poderia ter votação! Há muitos dias em que há representação externa, os Vereadores estão fora da Casa e não deixam de ser Vereadores. Mas o que se exige aqui... Eu não sou advogado – Ver. Nereu, o senhor me perdoe se eu disser alguma bobagem por não ser advogado –, imaginem que exista um regulamento que diz que tem que ter a maioria absoluta da Câmara e não, dos presentes! Não está escrito em nenhum lugar que tenha que ser a maioria absoluta dos presentes! É da Câmara: 19 votos para aprovar, se é uma lei complementar; se não é, precisa ter 19 votos para dar quórum, e não 18, nem 17, nem 21, independente de quantas pessoas estão fora. Eu lembro quantas vezes, quando V. Exa. era o Presidente da Câmara, e havia representações. O Ver. Nedel, por exemplo, nas comissões externas do porto, do turismo ou do aeroporto, ia com três ou quatro Vereadores que estão trabalhando – não é Vereador? – e as votações aconteciam aqui! E para que tivesse votação, eram necessários 19 presentes! Então, não vamos mais fazer...

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Repito, Srs. Vereadores: por favor, somos homens e mulheres que têm capacidade de levar uma Sessão na luta e no debate político. Por favor!

O Sr. Dr. Thiago: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Idenir Cecchim, a minha dúvida, e por isso fiz o questionamento à Mesa, é se a Vereadora em questão está no exercício do mandato ou não. Essa é a dúvida que tenho. Vossa Excelência falou com muita propriedade, isso pode não alterar as votações, mas, lá pelas tantas, ao longo do dia, isso pode alterar, sim, as votações. Então, esse é o questionamento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Muito bem, eu também acho que, se ela está em Licença Saúde, ou o Vereador que não está presente, teoricamente, também não estaria no mandato, porque não está votando.

O Sr. Rodrigo Maroni: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu queria só pedir, Cecchim, em nome da presidência, que mantenhamos o respeito e a diplomacia entre todos os Vereadores. Eu nunca vou faltar com o respeito com ninguém e tudo que falo, falo no microfone.

O SR. IDENIR CECCHIM: O senhor não está se referindo a mim, porque, para quem está assistindo, parece que o senhor está se dirigindo a mim. A sua bronca é com outro Vereador, não é comigo!

O Sr. Aírto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só tentando contribuir, eu acredito que não estaria por toda completa e correta a retirada do nome da Vereadora do painel. Ela é Vereadora, continua Vereadora, apenas está doente.

O SR. IDENIR CECCHIM: Certamente a Mesa vai providenciar um item que diga “licenciada”.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Vereador, por favor! Eu fui chamada no início para ler o expediente. O primeiro expediente era a Licença para Tratamento de Saúde da Ver.^a Séfora Gomes Mota. E todos concordaram. O Requerimento está aqui. A Vereadora está em licença. Pronto. Vou lhe passar a palavra e garantir o tempo que V. Exa. perdeu.

O SR. IDENIR CECCHIM: Muito obrigado. Eu acho que é isso. Acho que esse entendimento todos nós temos. E tenho certeza que, se a diferença for de um voto, caso seja 17, 18 ou 19, nós vamos saber resolver esse assunto, até mesmo porque todos os projetos são importantes. Nós temos que admitir que vamos votar com o número de Vereadores que estiverem no plenário. Se não tiver o número suficiente, o projeto não passa. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Vossa Excelência nem usou o tempo a que teria direito – mais dois minutos.

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu voltei aqui para agradecer a sua generosidade e sapiência, porque eu já falei o que tinha que falar, mas tinha que fazer este registro, Presidente, da sua condução firme nesta presidência. E Presidente Pinheiro, quando V. Exa. sair, o senhor sabe que terá uma boa substituta, que garantirá o funcionamento da Câmara como deve ser. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, o bom desta Casa são os aprendizados políticos, humanos, que nós temos a cada dia convivendo com a diferença; pobres daqueles que só sabem conviver entre iguais, que não podem conviver na democracia. O mais importante, Ver.^a Mônica – nós que, muitas vezes, tivemos bons debates aqui –, na política, é ter posição, e a senhora é uma pessoa que tem posição, eu sou uma pessoa

que tem posição, assim como a grande maioria dos colegas aqui, defensores de histórias de partidos, de opinião, e a política é feita de posições e de opiniões. Aqui no Rio Grande do Sul, esse negócio de quem vai sempre para o lado do vento acaba não prosperando muito, isso para quem sempre tenta abrir suas velas em direção ao vento. Por isso, nós temos que prestigiar a política, que é a forma de construção da democracia. O que estamos lastimando aqui, por parte do Governo, é exatamente o fato de o Governo ter desprestigiado um colega Vereador, que apresentou um projeto, que o Governo, algumas semanas depois, copiou e apresentou nesta Câmara de Vereadores de Porto Alegre – é sobre isso que reside aqui o nosso questionamento. E ele é duro, porque o assunto é sério, porque envolve ética profissional. Não podemos copiar, lá na universidade, um artigo de um colega e colocar o nosso nome; não podemos copiar um produto de uma indústria e lançar no mercado com o nome da nossa indústria. Isso se chama ética profissional, ética do convívio entre as pessoas. E o que o Governo, infelizmente, neste momento e neste caso, está fazendo, realmente, fere princípios éticos. E a Deputada Regina Becker não precisa disso; uma pessoa com história, tem a sua luta, tem a sua bandeira, tem os seus votos, conquistou o seu espaço na política, pessoa de opinião, não precisava passar por cima de um colega Vereador. Isso não era necessário para a trajetória dela; pelo contrário, eu fico imaginando se ela vai comemorar no Facebook a aprovação dessa lei, sabendo que acabou de rejeitar uma lei anterior de um outro colega, agora que ela é parlamentar também. É a respeito desse parâmetro que estamos questionando o projeto, isso realmente não é positivo para a Cidade.

Vamos imaginar aqui qualquer outro tema, qualquer um de nós, vamos nos colocar no lugar do outro, aproveitando o espírito da Páscoa aqui: e se fosse um projeto de qualquer outro de nós aqui, o que acharíamos disso? De o Governo mandar rejeitar o nosso projeto e aprovar, dez minutos depois, um projeto idêntico? Isso não é nova política, isso não é pensar no melhor para a Cidade, isso não é pensar numa causa; isso é fazer a velha política, isso é usar a máquina do Governo para benefício pessoal. Isso está errado, e nós temos que debater isso, sim. É muito triste que a Deputada Becker e o Prefeito Fortunati carreguem esse pequeno projeto, porque as pequenas ações têm sim, grandes significados. Infelizmente, quando nós aprovarmos, quando esta Casa aprovar... E já digo aqui, depois vou justificar, vou votar contra em protesto à atitude da Prefeitura, da primeira-dama. É um plágio. Eu não vou aprovar, é como se nós aprovássemos uma

dissertação de mestrado que fosse um plágio. Se estivesse numa banca, eu mandaria para a polícia, Delegado Cleiton. Plágio é crime! Então, é muito triste o que nós estamos vendo hoje, o uso da máquina para benefício político. É triste que Porto Alegre esteja vivenciando, num assunto aparentemente simples, um assunto tão grave, e nós não vamos nos eximir de apontar com tristeza esse fato.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente Mauro Pinheiro, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu queria muito ter discutido a matéria quando discutimos o projeto do Ver. Sgarbossa. O que nós vimos aqui na tribuna foi, por um lado, os Vereadores que votariam a favor do projeto do Ver. Sgarbossa falando o quão absurda era a posição do Governo, e, por outro, um silêncio inaceitável do Governo, que, em nenhum momento, discutiu os méritos do seu projeto. Vossa Excelência foi o primeiro autor a trazer uma legislação que existe em outros municípios para o Município de Porto Alegre, protocolou o projeto e fez reunião com a SEDA e com entidades para discutir o tema nesta Cidade. O que ocorre é uma vergonha sem tamanho! Houve reunião na COSMAM, conforme me lembra o Vereador autor do projeto. Isso que o Governo fez é plágio! Foi uma posição descarada de mandar rejeitar o projeto do Ver. Sgarbossa para votar um projeto de igual teor de sua autoria, entre aspas, porque o projeto anterior foi copiado pelo Governo. Então, não foi de autoria do Governo, mas um plágio do Governo.

Eu me inscrevi para dizer o quão inadmissível e inaceitável é essa postura do Governo Fortunati e, por outro lado, a votação nesta Câmara. Hoje uns estão na oposição, e outros, na situação, mas os tempos mudam, as coisas mudam. Vai se aceitar a lógica de derrubar um projeto pela autoria, mas não pelo mérito? Pior que isso, Ver. Sabino, porque, muitas vezes, nós dizemos que existem os vetos carimbados do Governo, que são os vetos da oposição. Neste ano, o Governo inovou e vetou, também, projetos da situação, projetos meritórios, como o do Ver. Delegado Cleiton, como o da Ver.^a Lourdes, como o do Ver. Waldir Canal, como o do Ver. Dr. Thiago, e nós nunca, em nenhum lugar, mentimos sobre de quem era a autoria desses projetos. Houve gente que fez projeto, que

protocolou projetos meritórios e aprovou; outros fazem projetos que são um ataque ao povo, e nós denunciemos na tribuna, mas todos têm autoria. Agora, é inaceitável ter o voto contrário pela autoria e, minutos depois, ter a aprovação do projeto que foi plagiado. Não houve uma discussão de mérito, não houve, em nenhum momento, uma posição do Governo dizendo: “Olha, vamos votar contra o projeto do Ver. Sgarbossa porque, no artigo tal, faltou tal elemento com relação à adequação do horário de transporte de animais no sistema de transporte coletivo”. Em nenhum momento houve uma fala do Governo dizendo por que o outro projeto seria melhor. Na verdade, é até pior, porque não mexe na lei complementar; do ponto de vista jurídico, é equivocado! Mas não estou nem entrando no mérito do projeto do Governo, estou dizendo o quão inaceitável é essa posição do ponto de vista de independência do Parlamento, que, em raros momentos, se mantém. Infelizmente, os Parlamentos estão há muito comprometidos com os governos, nessa lógica do toma lá dá cá, negociatas, etc. Isso nós denunciemos em todo o Brasil. Agora, mais do que isso: mais cedo, verificou-se o descumprimento de uma prerrogativa, que hoje foi com o Ver. Marcelo Sgarbossa, que trouxe esse tema para a Câmara de Vereadores, mas amanhã poderá ser com qualquer um dos Vereadores que votaram contra o projeto do Marcelo Sgarbossa e que não deram nenhuma razão para votarem contra, a não ser uma decisão absurda, autoritária do Governo de querer votar uma proposta que é um plágio do projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, algo que, por outro lado, não inova em nada a política no Município de Porto Alegre. Esse tipo de posição é sempre, sempre, em todos os momentos, inaceitável. O que o Governo fez hoje é inaceitável!

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum. (17h58min) Encerrada a Ordem do Dia.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O Sr. Kevin Krieger: Sr. Presidente, eu só gostaria que a Ver.^a Sofia colocasse a sua presença, antes de falar, no painel eletrônico, porque acho difícil falar sem presença.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Vereador.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente. O Ver. Kevin não é novo, mas se faz de bobo. É óbvio que eu tirei o quórum. Tirei o quórum para dar tempo para o Executivo pensar se ele vai seguir na linha de impor à Câmara um plágio, uma legalização de uma postura não constitucional. E eu trouxe a Constituição, porque, no seu artigo 2º, é clara quando diz (Lê.): “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Como vai ser cumprida a Constituição se o Executivo Municipal se comporta da maneira como se comportou nesse tema? Verifica uma iniciativa do Parlamento e coloca a sua autoria, um mês e meio, ou dois meses depois, na mesma matéria, na forma de um projeto de lei do Executivo e impõe a esta Câmara uma escolha. E não é uma escolha de conteúdo, de divergência, não é uma disputa de visão, a partir da sua representação social; é uma escolha para determinar a autoria do projeto, para valorizar uma área, um trabalho para pessoas relacionadas entre si. Então, deixa de ser republicano e passa a ser fisiologista, de utilização patrimonialista, e outras expressões que mostram que é uma postura de utilização do Executivo para benefício de A ou B, para benefício de Partido A ou B, em detrimento do interesse público. Nesse caso, em detrimento da Constituição Federal, que estabelece a autonomia dos Poderes e harmonia entre os Poderes. E nós interrompemos aqui retirando o quórum para que esta Câmara pare para pensar um pouco mais sobre o que fez.

Eu também falo aqui, em Liderança do PT, sobre o requerimento que nós apresentamos. Apresentamos e vamos disputar na quarta-feira. É um requerimento que se baseia no artigo 109 do Regimento desta Casa. O artigo prevê que a matéria constante de projeto de lei rejeitado... Então, nesta Casa, foi rejeitado não pelo conteúdo, mas pela autoria, foi rejeitado um conteúdo e, agora, está em debate o mesmo conteúdo na seqüência, por mais que esse artigo do Regimento diga que, com exceção do Executivo, trata-se de uma posição expressa. A vontade do legislador era dizer: A Câmara omitiu uma opinião sobre esse tema. Igual conteúdo só se... Vejam, no Regimento é dito o seguinte: “(...) mediante

proposta subscrita pela maioria dos membros da Câmara (...)" . Então, o legislador, quando escreveu, e os Vereadores da época disseram o seguinte: matéria vencida, a não ser que haja uma mudança de opinião sobre essa matéria da maioria dos Vereadores ou de uma parte significativa da população. Nós entendemos que isso é uma proteção para o plágio, é uma proteção para usurpação. E queremos fazer esse debate com este plenário, com esta Câmara e com a sociedade. O que aconteceu hoje à tarde foi muito triste, muito grave para a democracia; a rejeição de um projeto que, aparentemente, a maioria da Câmara tinha acordo, mas que não vai dar acordo porque a autoria é de um Vereador. Vai dar acordo porque o Executivo, a sua base está aqui, apresentou o mesmo tema e exige que esse tema seja de sua autoria. É lamentável. Eu acho que perdem todos, perde a Cidade, que quer evoluir na urbanidade, quer tratar melhor os animais, como nós queremos, como nós, da oposição, votamos favoravelmente, perde a República, perde a democracia, porque, na nossa Constituição valorosa, que instalou a democracia neste País, é prevista a autonomia dos Poderes e a harmonia entre eles. E hoje se perdeu, Ver.^a Fernanda, um pouco disso que se custou tanto a construir. Espero que possamos recuperar na quarta-feira.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, acho que nós já falamos bastante durante a tarde, eu solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum...

(Aparte antirregimental do Ver. Cláudio Janta.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Então, eu concordo que seja assim, inclusive cedo meu tempo para que possamos ouvi-lo, Ver. Janta.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Obrigado, Ver. Cecchim, Sr. Presidente, hoje ouvimos muito a palavra atropelamento, “patrolismo” do Executivo, fisiologismo, e todos os “ismos” que se pode ouvir quando o Governo tem a sua maioria. E isso a gente sente no Congresso Nacional. Os trabalhadores sentem no Congresso Nacional. “Nós não vamos pagar nada” é um artigo que eu fiz em que falamos que, na última semana que passou, veio à tona um fato que nos indigna, e não era 1º de abril, que as duas maiores estatais brasileiras novamente estão envolvidas, sem nenhum detalhe, sem nenhum esclarecimento público, em dois empréstimos que o BNDES e a Petrobras tiraram. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – tirou 150 milhões de dólares com bancos do Japão, o Japan Bank for International Cooperation e o Mizuho Bank. Em nota o banco justifica que o empréstimo é estratégico para a ampliação de relacionamento com instituições. Só que o BNDES vem gastando mais de 8,5% do PIB em empréstimos para as empresas, para as construtoras. Ele emprestou 20,7 bilhões para empresas e tira uns trocados – 150 milhões! Emprestando 20,7 bilhões, são trocados! E não diz qual é a garantia. Ninguém, nenhum trabalhador chega ao Banrisul – falo no Banrisul porque é um banco estatal, um banco gaúcho – e tira um empréstimo sem dar uma garantia. Nenhum trabalhador tira. E o BNDES, que pega dinheiro do Tesouro a 11% e empresta a empreiteiras a 6%; que pegou 20,7 bilhões do Tesouro, 150 milhões dos japoneses, e não diz para ninguém qual é a garantia.

Pior ainda foi a Petrobras, que anunciou, na semana passada, os ativos de 101 milhões de dólares da exploração e produção de petróleo na Argentina. Venderam os ativos da Petrobras lá na Argentina sem consultar o povo brasileiro. Essa empresa é nossa, Ver.^a Fernanda Melchionna! A nossa empresa Petrobras pegou 3,5 bilhões de dólares com um banco chinês, Ver. Kevin Krieger, e não diz qual a garantia que deu! Quando você vai a um banco e pega dinheiro, não dá nenhuma garantia? Não dá um carro, não dá a escritura da sua casa, não dá nada de garantia? A Petrobras pegou 3,5 bilhões com o banco chinês e não deu nenhuma garantia! E não explica qual é a garantia. Já deram o Pré-Sal para os chineses. O que será que deram agora? É a maior empresa estatal, e isso elevou o valor das ações da Petrobras na bolsa de valores. Hoje o meu Partido Solidariedade entrou com um pedido de esclarecimento na Mesa do Congresso Nacional, pedindo as duas empresas que expliquem as garantias. Queremos saber. A Petrobras é

nossa. O BNDES empresta muito dinheiro. Nós queremos saber por que pegou esses trocados no Japão já que empresta bilhões e bilhões para as construtoras aqui no Brasil. Temos certeza de que, com força, fé e muita determinação, nós vamos acabar com a roubalheira e a corrupção neste País, e, principalmente, com o que foi dito nesta tribuna hoje: com o que Governo exerce muito bem lá em Brasília, a força da máquina pública para obrigar os Deputados, muitas vezes, a votar contra os trabalhadores, como fez na semana passada, quando se tinha um projeto aprovado dos aposentados, e o Governo editou uma medida provisória tirando o direito dos aposentados de ter a correção do salário mínimo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. KEVIN KRIEGER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde. Ver. Cláudio Janta, fizeste uma colocação aqui e hoje nós vimos um grande debate em relação à base do Governo. Quando a base do Governo começa a se tornar sólida, a oposição começa a questionar. Essa é a realidade, Presidente Mauro. Nós estamos vendo uma base trabalhando junto, uma base trabalhando forte.

Hoje tivemos o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa em relação aos animais, como também tivemos, Ver.^a Fernanda, o projeto do Executivo, que é muito parecido, mas não é igual. Ele ficou igual no momento em que o Ver. Marcelo fez uma emenda e deixou o projeto ou igual ou muito parecido. Ele fez uma emenda para que o projeto ficasse muito parecido com o do Governo. Então, não é “os projetos são iguais”; os projetos são parecidos, e a base do Governo entende que o projeto do Executivo é mais completo. Também é importante a gente salientar – e não vou entrar no mérito de quem fez antes ou depois – que esse processo está sendo discutido dentro do Governo desde o começo de abril de 2013, porque um projeto do Executivo demora muito mais para andar do que os nossos, de Vereador. A gente discute, debate os nossos projetos, mas a gente tem uma liberdade muito maior de apresentar o projeto aqui na Câmara de Vereadores. Já o projeto do Executivo não, e sei bem disso porque, quando fui Secretário de Direitos Humanos, construí, junto ao Prefeito Fogaça, o projeto da implantação da Ouvidoria e da

Corregedoria da Guarda Municipal, e ele teve que tramitar por vários órgãos e Secretarias do Governo até chegar à Câmara de Vereadores, como o foi agora com o Prefeito Fortunati em relação ao Sistema Único de Assistência Social.

Esse projeto – de os animais poderem ser transportados nos ônibus da cidade de Porto Alegre – vem tramitando desde abril de 2013, e foi entregue, se não me engano, em agosto de 2013. Eu espero que a oposição, da mesma forma, Ver. Cláudio Janta, que vem aqui dizer que nós não temos coerência, vote favoravelmente ao projeto do Executivo, que é muito parecido com o do Ver. Marcelo. Eu quero ver, na quarta-feira, da mesma forma em que vieram vários Vereadores aqui na tribuna cobrar coerência da base, a coerência também da oposição: o projeto é bom porque é do Governo, ou é bom porque é da oposição, de um Vereador da oposição; ou o projeto é bom para servir à população de Porto Alegre? Isso nós vamos precisar ver na quarta-feira.

Eu quero dizer, Ver. Cláudio Janta, que, quando conversaste comigo sobre a tua emenda, a da questão do horário, para aumentar um pouco mais o horário – se não me engano das 6h às 10h, e o projeto do Governo diz das 6h às 9h e das 17h às 21h, e tu pediste, através de emenda, para ir até as 22h –, o Governo foi solícito à tua demanda e, conversando, dialogando, está construindo a aprovação dessa emenda. Então há diálogo, mas é preciso saber construir. Era isso que queria dizer para a população que está nos vendo pela TVCâmara, que nós trabalharemos, sim, para que possamos aprovar esse projeto importante do Governo Fortunati, que, sem dúvida, vai melhorar a vida das pessoas e dos animais na nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h15min.)